

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-4-2023.

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/22 (Processo nº 0733/22) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 070/23 (Processo nº 0149/23), de autoria de Karen Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/23 (Processo nº 0154/23), de autoria de Giovane Byl; o Projeto de Lei do Legislativo nº 075/23 (Processo nº 0155/23), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 082/23 (Processo nº 0170/23), de autoria de Aldacir Oliboni; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 093/23 (Processo nº 0202/23), de autoria de Marcelo Sgarbossa. Na oportunidade, por solicitação de Moisés Maluco do Bem, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Maria da Graça de Oliveira Reck. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Érika Rocha, Presidente do Projeto Social Angelina Luz, e a Isabel Ferrari, que se pronunciaram acerca do Transtorno do Espectro Autista – direito, saúde e educação. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Moisés Maluco do Bem, Claudio Janta, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Airto Ferronato, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino, Pedro Ruas, Pablo Melo, Alvoní Medina, Roberto Robaina, Engº Comassetto e Jessé Sangalli manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Na oportunidade, o Presidente concedeu a palavra a Conselheiro Marcelo, Mônica Leal, Aldacir Oliboni e Jonas Reis, que também manifestaram-se sobre o assunto abordado. Após, Érika Rocha manifestou-se. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e cinco minutos às quinze horas e vinte e oito minutos. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal do Presidente, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear o Centro de Atendimento Integral e Treinamento em Doenças Raras, Casa dos Raros de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 054/23 (Processo nº 0214/23), de autoria de Comandante Nádia. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Raphael Fernando Boiati, Presidente do Centro de Atendimento Integral e Treinamento

em Doenças Raras – Casa dos Raros de Porto Alegre; Carolina Fischinger Moura de Souza, Superintendente Médica da entidade; Tenente-Coronel Márcia, representante da Brigada Militar; Cesar Emílio Sulzbach, Secretário Extraordinário de Enfrentamento ao Coronavírus; Bernardo Medina; e Patrick Teixeira Dorneles Pires, ex-deputado federal. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia e Engº Comassetto, em tempo cedido por Aldacir Oliboni. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Patrick Teixeira Dorneles Pires, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas às dezesseis horas e quatro minutos. Após, o período de COMUNICAÇÕES foi destinado a homenagear o Transcurso dos 101 anos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), nos termos do Requerimento nº 042/23 (Processo 0161/23), de autoria de Giovani Culau e Coletivo e Biga Pereira. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Antônio Augusto Medeiros e Luciane Pereira, respectivamente Presidente e Vice-Presidente estadual do PCdoB. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Giovani Culau e Coletivo, Proponente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Luciane Pereira, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e seis minutos às dezesseis horas e quarenta minutos. Ainda, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Tiago Albrecht, Gilson Padeiro, Karen Santos e Jessé Sangalli, em tempo cedido por Giovane Byl. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando o adiamento do período de GRANDE EXPEDIENTE para a próxima Sessão. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Biga Pereira. Às dezessete horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia solicitando a apreciação, em primeiro lugar, em bloco, dos Requerimentos nºs 055, 058 e 015/23 (Processos nºs 0215, 0233 e 0059/23, respectivamente). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tiago Albrecht, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Idenir Cecchim solicitando: que o Projeto de Lei do Executivo nº 005/23 (Processo nº 0124/23) seja apreciado na próxima Sessão Ordinária; e a alteração na ordem de apreciação de matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Gilson Padeiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foram aprovados, em bloco, os Requerimentos nºs 055, 058 e 015/23. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 057/23 (Processo nº 0231/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 031/22 (Processo nº 0766/22), discutido por Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Airto Ferronato, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mônica Leal, Jonas Reis e Tiago Albrecht. Foi apregoada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/23 (Processo nº 0124/23), de autoria de Jonas Reis e Aldacir Oliboni, e aprovado Requerimento solicitando dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, de autoria de Idenir Cecchim. Foram apregoadas as Emendas: nºs 02 e 03, de autoria de Jessé Sangalli; nºs 04 e 05, de

autoria de Mari Pimentel; nºs 06 e 07, de autoria de Jonas Reis. Foi aprovado Requerimento verbal solicitado por Jessé Sangalli, solicitando retirada de priorização do Requerimento nº 039/23 (Processo nº 0140/23). Foi rejeitado o Artigo 16 aposto ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por um voto SIM e trinta e cinco votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Márcio Bins Ely, e tendo votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por trinta e dois votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, e votado Não Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por vinte e cinco votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por um voto SIM e trinta e um votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Jessé Sangalli, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por três votos SIM e vinte e sete votos NÃO, em votação nominal determinada

por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Tiago Albrecht, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por onze votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Na oportunidade, durante a coleta de votos da Emenda nº 04, Pablo Melo registrou sua intenção em ter votado contrariamente à Emenda nº 03, aposta à proposição ora em apreciação. Foi rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por trinta e três votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Comandante Nádia. Foi rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por dez votos SIM e vinte, cinco votos NÃO, e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, tendo votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco

Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e optado pela Abstenção Jessé Sangalli. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 031/22, por vinte e quatro votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 035/23 (Processo nº 0078/23), por vinte e nove votos SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 114/20, (Processo nº 0292/20) por trinta e um votos SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado pelo Presidente, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 063/23 (Processo nº 0248/23). Às dezoito horas e trinta minutos, por acordo de Mesa e Líderes, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 017 e 101/23, e os Projetos de Resolução nºs 021 e 025/23; e, em 2ª Sessão, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 081/21, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/22, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 423/22; e 002, 003, 004, 045, 056, 096, 097, e 099/23, e os Projetos de Resolução nºs 016 e 022/23. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis e Alexandre Bobadra. Às dezoito horas e quarenta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima

sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Psicóloga Tanise Sabino e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

Vereador Moisés Maluco Do Bem (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sra. Maria da Graça Reck.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença Projeto Social Angelina Luz, que tratará de assunto relativo ao Transtorno do Espectro Autista – direito, saúde e educação. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois. A Sra. Érika Rocha, presidente do Instituto, e a Sra. Isabel Ferrari, mãe atípica, estão com a palavra.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Primeiramente, boa tarde a todas as famílias atípicas que estão aqui presentes, obrigada; boa tarde, vereadores e vereadoras; boa tarde, Presidente. Nós pedimos o uso da tribuna no ano passado – essa tribuna tem um tempo de 10 minutos. Eu gostaria muito que os vereadores e as vereadoras que estão conversando ou no celular parassem, nesses 10 minutos, e me enxergar aqui em cima, porque o ano passado, na última tribuna, se tinham dois vereadores me olhando era muito. Então são dez minutos de respeito a mim, dez minutos de respeito àquelas famílias ali e a muitas outras que não estão aqui. Por gentileza. Eu poderia vir aqui hoje me repetir sobre a falta do acesso às terapias pelo SUS. Nós não temos tratamento pelo SUS para os autistas, seguimos assim, totalmente negligenciados. Eu poderia vir aqui repetir a respeito da educação inclusiva, em que muito se fala, mas que, na prática, é inexistente. Reduzem os nossos horários, os nossos dias, e ainda cismam em colocar monitores de ensino médio para manejar as crianças com deficiência sem ter um mínimo de conhecimento. Na nossa lei gaúcha de 2019, fica claro que o professor de apoio tem que ser uma pessoa capacitada. Eu poderia vir aqui novamente dizer que as mães atípicas vivem todos os dias com estresse comparado ao de um soldado de guerra em um campo de batalha; não têm rede, não têm acolhimento. Eu gosto de ouvir a frase “quem cuida de quem cuida”, mas o Estado e o Município não cuidam. São mães abandonadas, são mães adoecendo, mas eu não vou me repetir. Hoje eu quero falar uma coisa para os senhores vereadores: o que

muito me preocupa, além de tudo isso, dessa invisibilidade, é o que nós, mães atípicas, sentimos, todos os dias olhando para os nossos filhos dentro de casa, com o tempo passando, sem intervenção terapêutica, perdendo os nossos filhos todos os dias um pouco. São crianças convulsionando, são crianças com regressão, são crianças esperando e ouvindo aquela frase “estamos engatinhando”, “é um passinho de cada vez”. Estamos engatinhando para onde? Porque nós, famílias atípicas, é para o esquecimento. Nossa lei federal não tem dez dias, não tem dez meses, tem dez anos. E como é que a capital gaúcha não tem acolhimento para as mães? Como a capital gaúcha não tem intervenção terapêutica digna para os autistas? Porque o que fazem no Santa Ana e na Cerepal é uma piada de mau gosto. Esperamos anos, e não estou falando de meses, estou falando de anos – anos! –, no sistema Gercon. A minha filha está, desde 2018, no sistema Gercon e nunca foi chamada, desde um ano de idade, está fazendo sete agora, e assim as demais famílias. Que invisibilidade é essa? Que negligência é essa? Cadê o respeito às leis? Quando a gente sobe aqui, quando a gente se manifesta, nós não somos as mães loucas, desequilibradas, nós somos as mães exaustas, cansadas! O maior índice de suicídio das mães... Repito: a mãe Ana Paula, que teve um infarto, todos aqui sabem, têm esse conhecimento, ficou 12 dias morta dentro de casa, sozinha, com seu filho autista de 6 anos comendo resto de comida, vendo a mãe em decomposição. Doze dias depois um vizinho, pelo mau cheiro, sentiu a falta dessa mãe. Só que eu quero falar o seguinte aqui: a gente não tem um mínimo para as crianças autistas. Do que vale a lei do diagnóstico precoce se junto, encaixado, não tem as intervenções terapêuticas? Vou dizer de que vale: de nada vale! Agora está para sair o centro, que a gente está aguardando desde o ano passado – inclusive essa entrega foi prometida no primeiro semestre do ano passado, e isso ainda não aconteceu. Mas é um centro que vai acolher até 12 anos – pelo menos é assim que estão anunciando, mas eu estou esperando por que eu quero ver isso bem de perto. Agora eu pergunto uma coisa para vocês: com 12 anos deixa de ser autista? Com 12 anos não precisa mais de intervenção terapêutica? Vocês sabem o que acontece com aquele autista que ainda consegue frequentar a escola regular? Frequentar o espaço, porque educação é bem difícil, porque a inclusão não existe. Quando terminam a escola, o que acontece com esses autistas? Nós não temos espaços de convivência no Município, nós não temos espaços terapêuticos nem para crianças, dirá para jovens, essas crianças voltam para uma prisão domiciliar com essa mãe, e ali eles ficam esquecidos. É isso que acontece! O que estão fazendo com as nossas crianças, os nossos jovens e os nossos adultos? A gente está cansada de vir a esta tribuna e se repetir. Sinceramente, estou cansada que me escutem e finjam que se importam. Eu não estou falando aqui nada mais do que vida, e é vida e causa urgente de direitos, não é favor! Nós existimos e nós temos que ser respeitados! Diante de tudo isso vocês têm as leis e os direitos, que têm que ser respeitados na prática, não nos vale nada na teoria; a teoria está enterrando nossos filhos, e nossos autistas não são a sujeira do mundo que podem seguir sendo jogados para debaixo do tapete. Temos mães ali exaustas, tem essa mãe aqui doente, exausta de lutar e lutar, e nada acontecer, e nada se modificar. Então, eu peço para vocês, vereadores e vereadoras, nós já temos aí leis: de nada adianta ficar construindo, fazendo novos projetos de lei, tem que pegar as leis que já existem e colocá-las em prática, o acolhimento para

essas mães, para a gente estar bem para cuidar dos nossos filhos. A gente aqui vê em cama socorro para os nossos filhos; é uma mãe, é uma família pedindo clemência, nos enxerguem, nos enxerguem! Cada um de vocês está aqui representando o povo, e a gente faz parte desse povo; mas é um povo negligenciado, esquecido. Quando vocês vão nos enxergar? Quando o Município de Porto Alegre vai nos enxergar, e o Estado e os tripés vão parar de nos negligenciar? É isso que eu tenho para dizer. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Érika. A Sra. Isabel Ferrari está com a palavra.

SRA. ISABEL FERRARI: Meu nome é Isabel Ferrari, eu tenho um filho autista de 12 anos, e o meu filho não fala, meu filho fala muito pouco. Então, eu sou a voz do meu filho. Sou jornalista e recebo tantos relatos todos os dias; todos os dias eu recebo uma média de seis ou sete mensagens de mães. Eu sou apenas uma mãe, mas eu vim aqui falar em nome de muitas mães, porque nós não somos poucos. Números: de 1 para cada 36 nascidos vão estar dentro do espectro autista. No Brasil a gente não tem números, mas fora daqui, nos Estados Unidos a gente já tem esse número: 1 para cada 36. Então, a gente está em silêncio no elevador, a gente está em silêncio na rua, a gente está em silêncio na escola, a gente está em silêncio em vários lugares, mas a gente existe. E essa solidão da mãe atípica tem muito a ver com a falta de olhar dos outros para nós. Eu vou me ater à escola, ao movimento escolar; a gente sabe que o acesso às terapias é muito difícil, que uma mãe que depende do SUS demora muito tempo para conseguir; a gente sabe que existem mães de classe média que batalham para judicializar o tratamento, ou seja, todo mundo sofre. Está difícil para todas as mães, em qualquer lugar, mas na escola especialmente está bem difícil. A gente sabe que é lei a inclusão de crianças com autismo na sala de aula, mas, por enquanto, a lei está bem difícil de ser cumprida. O que eu recebo diariamente são pedidos de ajuda, pedidos de ajuda de crianças, de pais e de mães muito cansados, de crianças que são mandadas para ficar em casa, para ficar uma hora em sala de aula, porque não tem professor auxiliar, porque não tem o monitor, porque a estrutura está difícil. E, quando as mães da estrutura privada vão à estrutura privada, também está difícil, está difícil em qualquer lugar. A estrutura privada tem outras formas e outras estratégias de negar essa vaga, vamos dizer a palavra negar, já tem o máximo de crianças naquela turma, a vaga existe, mas quando a mãe liga, a vaga some, e fica por isso, fica assim o não pertencimento. Na Zona Sul de Porto Alegre, por exemplo, existe uma escola, que é a escola do meu filho, que, há 30 anos, resolveu simplesmente fazer o certo, aceitar crianças com deficiência e com dificuldades e nem era lei. O que que aconteceu com essa escola? O mais perverso que pode acontecer, os próprios pais das crianças típicas foram tirando seus filhos da escola porque se incomodavam com as crianças atípicas, porque se incomodavam com as crianças atípicas, com deficiências. É isso o que acontece hoje, a gente não se espanta mais, porque perversamente é assim que a sociedade está organizada. E o que a gente precisa fazer? Que as pessoas tenham empatia, que pessoas entendam essa causa e que as mães não sofram tanto de solidão, mas é solidão na prática mesmo. É

solidão sem olhar, é solidão sem espaço para o seu filho, sem tratamento. As mães estão adoecidas, e uma mãe adoecida não consegue ajudar filho nenhum, filho típico ou atípico. Então eu venho dizer para vocês que essa dificuldade é geral, em todas as camadas sociais, da mãe da classe média, da mãe da classe alta e da mãe de classe baixa, só vão mudando as dificuldades e a vulnerabilidade. Então, eu peço que vocês todos que estão nesta Casa, quando tiverem em pautas em relação ao autismo, saibam que não são poucas as crianças impactadas, é 1 para 36, é muita gente. Nós vamos estar em todos os lugares, nós vamos estar na escola, nós vamos estar no elevador, nós vamos estar pleiteando atendimento médico. É isso que eu peço, um olhar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, Presidente. Eu gostaria de falar rapidamente para a Sra. Érika e também para a Isabel, que acabou de falar, de um sentimento meu, como vereador. O que me incomoda um pouco, eu imagino o quanto incomoda as mães, os pais, as famílias, e talvez tenha sido essa a tua intenção, é quando tu dizes: “Quando vocês vão nos enxergar?” Eu quero dizer claramente que os vereadores aqui legislam, fiscalizam o Poder Executivo, destinam emendas. Eu não tenho procuração para falar em nome dos outros, mas posso afirmar para ti, Érika, de coração aberto, que eu vejo vereadores empenhados na causa do autismo. Vejo o Ver. Claudio Janta, a Ver.^a Nádia, a Cláudia Araújo, a Mari Pimentel, o Bosco, vários vereadores. Então eu, de verdade, achei um pouco de injustiça tratar de uma forma como se a Casa não enxergasse, e te digo que são colegas de campos ideológicos diferentes, bancadas também do PT, do PSOL. Desculpa eu te dizer isso, eu vejo os meus colegas que estão aqui, e citei alguns deles, fazerem com amor isso. Buscarem o centro, buscarem o atendimento, buscarem a prorrogação dos laudos, e eles fazem isso com amor, não por interesse, eu vejo isso diariamente neles. Eu fico um pouco impactado, queria dividir isso, da mesma maneira que tu foste franca, e te dizer o seguinte: tem muitos colegas que eu admiro como pessoa, como representante duma rede de ação social na Casa, que é a Malucos do Bem, por ver, diariamente, a entrega deles pelo caso e pela bandeira do autismo. Tem em mim, e tenho certeza de que nesses vereadores, como representante, uma pessoa capaz de fiscalizar, de legislar, de dedicar emendas para a bandeira do autismo. De todo o coração, muito importante o que tu disseste de ser a voz não só do teu filho, mas ser a voz de milhares e milhares e milhares de crianças. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero registrar a presença da nossa deputada estadual Bruna Rodrigues, seja muito bem-vinda.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu peço licença para V.Exa. para não usar a gravata no dia de hoje e nem o meu casaco, e quero, além de usar os dois minutos, usar o tempo de liderança do meu partido nessa causa tão importante. Então, quero dizer para Sra. Érika, que a gente se conhece há um bom tempo, também a Isabel Ferrari: eu vou matar o meu filho, o que tu achas disso? Essa pergunta eu recebi em Santa Cruz do Sul de uma mãe que estava com câncer no seio e veio me comunicar que ia matar o seu filho. Eu perguntei a ela: “Por quê? O teu filho te agride? O teu filho é um drogado? O teu filho rouba?” Ela me disse: “O meu filho é autista e eu vou morrer, e não vou deixar meu filho no mundo.” De lá para cá, mediante o relato dessa mãe, eu vi que quem tem que cuidar dessas crianças, como a Érika disse, não só as crianças agora... E o nosso centro, Érika? Com a graça de Oxalá, este mês vai ser entregue para a população de Porto Alegre, graças a Deus. Como tu sabes, essa caminhada que a gente tem feito, essa luta que a gente tem feito, eu já fui questionado por políticos, prefeitos e deputados por que estou numa causa que não dá voto. Eu não estou no autismo por voto, não imagino uma mãe, domingo, com seu filho tendo uma crise para sair de casa para votar em mim. Eu estou no autismo porque eu acredito que, se nós tratamos presidiários, se nós tratamos drogados, se nós tratamos morador de rua, a nossa sociedade tem obrigação de auxiliar essas mães – obrigação de auxiliar essas mães! E nós vamos ter o centro que vai abrir, o centro de referência, de 0 a 12 anos, porque quanto mais precoce o diagnóstico mais rápido essa criança busca o que as senhoras buscam para os seus filhos: autonomia – vai abrir. Assim como também vai abrir, já temos o prédio lá na Av. Sertório, de 12 a 24 anos. Eu peço a ajuda das senhoras, eu tenho um projeto nesta Casa, tenho o espaço já para construir isso, que cria a Casa de Acolhimento ao Adulto Autista. Nós temos que cuidar dessas crianças, nós temos que ajudar as senhoras, que deitam todos os dias de noite pedindo para simplesmente acordar no outro dia, só isso – só isso! –, e ter força. E o que é a Isabel Ferrari falou aqui é verdade, uma palavra só, no meu conceito, define o autismo: empatia. Nós fizemos leis nesta Casa, hoje mesmo, nós assinamos uma lei, que transforma o laudo definitivo. Nós vamos tirar um monte de gente da fila de busca do laudo, e quem tiver o laudo será definitivo. Nós aprovamos nesta Casa o direito de a mãe andar no transporte sem a companhia do filho, facilita para a mãe quando precisar ir buscar uma fralda, um medicamento, marcar uma consulta e ter que levar a criança junto, que sai do seu habitat. Nós aprovamos nesta Casa o fim dos fogos de artifício, nós sabemos o que causa numa criança o estouro dos fogos de artifício de final de ano. Nós temos avançado, estamos engatinhando, mas precisamos de ajuda. Nós precisamos que essa pauta do autismo saia de dentro do coração das mães, saia de dentro das casas legislativas e vá para o povo, para a imprensa. Que a imprensa faça campanha, todas as redes de imprensa; que o Instagram tenha um *link* dizendo como tratar, como fazer, como conviver com o autismo. Cada vez mais estamos descobrindo o diagnóstico muito tarde, pessoas que achavam que tinham TOC, pessoas que achavam que eram hiperativas, que tinham uma série de outros sintomas dentro do espectro. Agora, eu quero dizer para vocês, principalmente para as pessoas que não sabem, que são leigas, essas mães, Presidente, elas vivem um luto, elas passam desse luto, como toda pessoa que perde uma mãe, um

pai, um irmão, o próprio filho, que é um luto eterno, ela sai desse luto, mas, a partir do momento em que elas saem do luto, elas vivem numa prisão. A família não as quer na festa porque a criança pode sair, a criança pode ter o seu ataque, a família não quer conviver com elas, e elas vivem esse luto, vivem essa discriminação. Por isso que eu falo que a principal palavra na questão do autismo é empatia, enquanto nós não nos colocarmos no lugar de vocês, enquanto nós não tivermos a compreensão e convivemos com autistas, nós não vamos entender nada do que as senhoras estão falando, nós não vamos sequer passar perto das dores das senhoras. As coisas estão difíceis? Estão difíceis, Érika, mas eu acredito que estão andando, eu acredito que vamos ter o nosso centro, o centro vai dar o diagnóstico, vão ter as terapias lá no centro. Tu sabes que eu sempre fui contra o Santa Ana – eu acho que o Santa Ana não representa, é uma UBS somente. Nós não queremos uma UBS para tratar o autismo; nós temos várias UBSs em Porto Alegre funcionando até às 22 horas, que é a nossa briga já para aumentar o horário, nem instalou, e nós já estamos brigando para aumentar o horário do centro de referência e diagnóstico de autismo. Nós precisamos de políticas públicas do Município, nós precisamos de políticas públicas do Estado, mas principalmente uma coisa, fazer a lei federal é muito fácil. Tem que mandar recurso para cá.

Eu quero agradecer aqui ao deputado Bibó Nunes, que já mandou emenda parlamentar para o Centro de Referência e Diagnóstico do Autismo de Porto Alegre; à Ver^a Mari Pimentel, que entrou em contato com deputado federal Marcel van Hattem, que também está mandando uma emenda para cá, e eu acho que isso nós temos que fazer com todas as nossas bancadas estaduais e federais.

Sem dinheiro nós não fazemos nada. Vontade, o Ver. Moisés já falou aqui, todos nós temos. O autismo não é do partido ou do culto A, do B ou do C, o autismo está impregnado na nossa sociedade, uma palavra que eu não gosto muito, mas ele está impregnado. A cada 34 crianças que nascem hoje em Porto Alegre, uma vai ter autismo, e isso vem aumentando. Então, eu quero dizer que podem contar com nosso mandato, podem contar conosco. Nós vamos estar sempre juntos nessa causa e fazendo o que é melhor para vocês. As crianças buscam a sua autonomia, vocês buscam, simplesmente, viver. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do deputado estadual Ernani Polo. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, quero dizer à Isabel e à Érika que essa voz que vocês externaram aqui precisa ser ouvida, e acho que vocês disseram claramente. A questão da maternidade atípica, na luta pela inclusão das crianças nas creches, nas escolas, é o que vocês buscam. Mais do que isso, acho que foi dito e nós entendemos, vocês querem e nós queremos que olhem para quem cuida; quem cuida de quem cuida?

Nós, nesta Casa, aprovamos uma frente parlamentar da infraestrutura de cuidados, exatamente fazendo esse debate, quem cuida precisa ser cuidado. As mães atípicas estão cansadas de buscar vagas nas escolas e receberem uma negativa. O Ministério Público recebe diariamente denúncias de exclusão e de violência. Não é possível que a gente não enxergue e não ouça esse clamor da sociedade, esse clamor que vocês, hoje aqui, explicitaram tão bem. Nós não queremos exclusão. É o contrário, nós queremos, e a tua camiseta diz bem, este é o lugar; a escola, a creche, deve ser o melhor lugar para abrigar essas crianças, e vocês precisam ser acolhidas. Eu me inscrevi para dizer a você que nós estamos fazendo isso quando olhamos e propusemos essa frente parlamentar, que eu quero que os meus colegas, que as minhas colegas se sensibilizem para uma pauta tão importante e tão presente no nosso dia a dia. Por isso, Érika e Isabel, a lei é clara, e vocês aqui também deixaram claro que não precisamos inventar novas leis; cumpram-se as que já existem, e isso garantirá que tenhamos vagas. Hoje são muito tímidas as iniciativas que se têm nas escolas, e, portanto, contem com o nosso mandato. Tenho certeza de que esta Casa, a partir de todos os pares aqui, estão atentos a este tema, e o nosso papel é fazer cumprir as leis, como a lei especial de inclusão e de cuidar de quem cuida. Parabéns pela associação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, saudar a Érika e a Isabel, e dizer que na terça-feira da semana passada, aqui está o nosso presidente, o Marcelo, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, tivemos um debate, não sei se vocês não foram convidadas, e sentimos ali, ou melhor, vou induzir a mim mesmo, senti ali que há uma divergência entre a representante da secretaria de educação com algumas entidades que estavam ali, como professores, escolas e a associação das escolas. Eu quero, no mesmo momento, usando este microfone, propor à minha comissão de direitos humanos uma nova reunião com a presença de vocês, porque nós precisamos dirimir essas dúvidas. Não há, foi o que eu senti, um encampamento total da Secretaria de Educação em relação ao o que vocês pensam. Portanto esse debate é muito importante. Então já me dirijo depois ao Marcelo – o nosso presidente vem, eu dirigi a comissão por dois anos, agora ele é o presidente, e está fazendo um belo trabalho, e nós estamos apoiando –, para que a gente possa fazer uma nova reunião com vocês, para que a gente possa dirimir essas dúvidas, porque se não houver uma política de governo – foi o que vocês falaram –, não adianta nada. Nós vamos ficar debatendo, debatendo, debatendo e debatendo e não vamos chegar a lugar nenhum. Há divergência entre vocês e a Secretaria de Educação, e quero aproveitar e incluir aí também a Secretaria de Saúde junto, para que nós tenhamos um bom debate na nossa Comissão, e vocês são muito importantes. Parabéns, queremos contar com a presença de vocês, e tragam mais gente para mostrarmos – já falo até “nós” – força em relação a esse tema. Parabéns a vocês, vocês são lutadoras, a Casa está fazendo

a sua parte, mas nós precisamos nos unir para fazer um trabalho perfeito e conscientizar aqueles setores do Executivo municipal, para que nós possamos encaminhar com melhores proposições esse tema. Um grande abraço, parabéns, estamos juntos. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero registrar a presença do nosso secretário municipal de Saúde, Mauro Sparta.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente Hamilton, quero trazer a nossa saudação à amiga Érika, à Isabel, e aproveitar para, preliminarmente, cumprimentá-las por hoje, e não só por hoje, pela histórica luta que vocês têm caminhado e encaminhado aqui na cidade de Porto Alegre e – por que não? – no Estado e até no Brasil. O Ver. Cassiá, que me antecedeu, está propondo uma reunião para tratar do assunto, na Comissão; acho que ali é o melhor dos caminhos. Eu sou vereador de muitos mandatos e concordo também com vocês: são anos, décadas, e volta e meia se apresentam uma ou duas propostas de lei, e até pela importância do tema, essas leis são aprovadas; elas são aprovadas, belas legislações que temos, mas há pouca ação concreta. Acho que agora é o momento da ação, e, com a presença de vocês, mães e pais que estão conosco – e eu quero saudá-los – e essencialmente as crianças que estão aqui na Câmara, registro que estamos às ordens, dispostos a participar desses encontros, da proposição e na cobrança de ações concretas, porque sei a dificuldade da escola, do pós-escola, do bebê, dos 12 anos, dos acima de 12. Eu tenho também familiar autista e sei bastante bem das dificuldades que se encontram. Estamos juntos, parabéns a todas e obrigado pela atenção.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton; também boa tarde à Érika e à Isabel, que fazem parte hoje desse tema tão importante; Ver. Cassiá, há pouco tempo colocou aqui o quanto é importante essa missão, porque é uma missão que os pais têm. Eu assumi agora, dia 1º de fevereiro, eu tenho uma bagagem de quase 20 anos como conselheiro tutelar, porque falar é fácil, viver é totalmente diferente. Então, por quase 20 anos, eu, na qualidade de conselheiro tutelar, vivi junto com essas mães, carreira solo e com muitas vezes abandonadas, cansadas de receber o “não”, porque é “não” para tudo, e muitas vezes se sentem desprotegidas, abandonadas pela sociedade, abandonadas pelo poder público. Prontamente, quando assumi como vereador nesta Casa, eu fiz questão de trazer essa bandeira da criança e do adolescente, principalmente esta pauta, que eu vivi muito e lutei junto com essas mães. Então, como presidente da CEDECONDH, fizemos a primeira rodada, porque a burocracia que os pais encontram para o primeiro diagnóstico é muito difícil, e esse primeiro acolhimento tem

que ser o mais importante que esses pais têm que ter, porque a partir dali que muitas vezes eles ficam cansados já dessa porta fechada e acabam largando tudo, acabam dizendo: “Bom, se ninguém me acolhe, eu vou correr mim”. É nesse sentido que, todas as sextas-feiras, no meu gabinete – eu fiz uma adesivagem, como eu assumi agora, está lá, bem grande o símbolo do laço –, Presidente, eu estou acolhendo mães e pais de famílias com crianças no espectro autista. E, muitas vezes, é uma simples orientação, porque não é essa orientação que as pessoas têm que dar, elas têm que estar preparadas, tem que dar uma orientação para que elas consigam caminhar sozinhas. Elas não querem que caminhem com elas, elas querem caminhar sozinhas, mas nós temos que estar do lado, o Poder Executivo tem que estar do lado para desburocratizar essas questões, e é nesse sentido que se tem a maior dificuldade hoje, que é essa questão burocrática que os pais encontram. Então, coloco à disposição aqui a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, nós já fizemos uma primeira rodada, vamos fazer uma próxima rodada, vou fazer o convite para vocês, e amadurecer. Nós temos que mostrar para o Poder Executivo, mostrar para a sociedade que a realidade é essa, não adianta estarmos inventando a roda, sendo que a realidade é outra totalmente diferente, que vocês sabem, vocês, mães, sabem, as entidades... Quando se tem a questão do monitor para a escola? Não é a questão porque tem que ter... Gente, sempre digo... Aí vocês dizem que tem 25 crianças em uma escola; o que a gente faz? Não tem monitor, coloca a criança lá; tu garantes o direito de um e viola o direito de 24 ou viola o direito de 24 e garante o direito de um? É uma matemática que não dá certo; então, a inclusão é linda e maravilhosa, mas tem que ser colocada de uma forma que atenda com qualidade àquelas crianças que estão lá. Nós debatemos muito, trouxeram essa questão do ensino médio, que a senhora colocou ali, o quanto é importante a qualificação. Nós não temos tempo hábil; as pessoas, para tratar com esse tema, têm que ser preparadas. Ensino médio, não desmerecendo os estudantes, mas eles têm que estar, sim, preparados para saber o que eles estão fazendo. Muito obrigado; coloco à disposição a nossa comissão e o nosso gabinete. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, serei breve. Sabemos da importância da pauta, e todos os vereadores que me antecederam reforçaram os desafios que temos de políticas públicas do município. Isabel, Érika, que já me conhecia um pouco das batalhas da educação infantil; gostaria de dizer, em meu nome e no nome do Ver. Tiago Albrecht, da bancada do Partido Novo, que nos solidarizamos diante do fato, gostaríamos de reforçar o acolhimento que deve começar desde os primeiros anos, daquele laudo que demora para chegar, da educação infantil, que precisa de monitores; trazemos esse debate que não é só no fundamental, é em todo o processo de acompanhamento que a gente precisa desses monitores e de uma equipe capacitada com psicopedagogos –contem conosco, acreditamos que a independência traz, através da empatia, através do acolhimento, e exigir independência, buscada sem o acolhimento,

empatia e políticas públicas adequadas, a gente não faz a inclusão devida, a inclusão é diante da realidade de cada criança e não de acordo como a gente gostaria que cada criança se comportasse. Esse é o grande desafio que hoje eu vejo na escola pública, nas nossas políticas, é entender que, diante cada criança, existe um mundo diferente e cabe a nós nos adaptarmos a esse mundo diferente, e não exigir que eles se adaptem ao nosso mundo. Obrigada; parabéns pelo trabalho de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, Presidente Hamilton; boa tarde, presidente, Érika, Isabel quero dizer que esta Casa, este parlamento, tem uma preocupação, sim, com a questão do autismo; a gente pode ver até pelo tamanho da fila dos apertes, diversos vereadores fizeram questão de fazer o seu registro, apoiando essa causa. Ontem, domingo, tivemos a caminhada autismo no Brique da Redenção, foi uma linda caminhada que reuniu dezenas de familiares, marcando na agenda da cidade a luta do autismo. Hoje pela manhã, o nosso prefeito Sebastião Melo sancionou a lei do laudo do tempo indeterminado do autismo. Amanhã, terça-feira, nós temos a COSMAM, Comissão de Saúde aqui desta Casa, da qual faço parte. Eu, como vereadora proponente, encaminhei a pauta do centro de autismo; então amanhã somente o centro de autismo vai ser a pauta dessa comissão. Para entender, Érika, como tu já mencionaste, por que não foi inaugurado ainda? É nosso dever, como vereador, cobrar e exigir do governo. Foi prometido para o ano passado, e até agora não está pronto. Então amanhã vai ser discutido isso. Mas a boa notícia é que, em breve, ele vai estar pronto, sim. Hoje mesmo, conversei com o Dr. Alceu, que é o coordenador do centro de autismo, e ele falou que, em breve, nos próximos dias, vai ser assinado o termo de cooperação – o Hospital Vila Nova vai ser o parceiro desse centro de autismo. Com certeza, vai beneficiar muitas famílias, que lá vão ter o tratamento completo, desde o diagnóstico ao tratamento, com diversos profissionais, psicólogo, psiquiatra, neurologista, fono, nutricionista, enfim, toda uma equipe multidisciplinar. Quero dizer também que diversos vereadores desta Casa também já contribuíram com emendas parlamentares ao centro de autismo e também à rede de atenção da saúde mental. Então, para finalizar aqui a minha fala, quero te parabenizar, Érika; mais uma vez, eu vejo o teu comprometimento como mãe – tu estás sempre aqui nesta Casa. Parabéns pelo teu trabalho. Parabéns, Isabel. Contem sempre conosco. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, amigas Érika Rocha e Isabel Ferrari, eu não quero ser repetitivo em relação às colegas e

aos colegas, mas há um dado que precisa ser mencionado. Essa desconsideração dos governos em geral se traduz, por exemplo, num aspecto: o monitor judicializado, o monitor judicial individual. Isso é terrível, porque é só aquele. Como a criança vai ser atendida? E as outras? Tem turmas, tem escolas – nós tivemos, na CEDECONDH, há pouco, a presença de várias – que, numa turma, tem cinco ou seis, e uma criança apenas com monitor judicializado. Esse tema tem que ser debatido com seriedade, não é possível, porque cria uma discriminação maior ainda, além da que já existe. Então é terrível para as crianças, para as mães, para os pais, enfim, é muito ruim. Tem que haver um compromisso sério dos governos; e têm que ir ao ponto que interessa, às escolas estaduais, às escolas municipais, onde isso está faltando muito, e ver até com o Poder Judiciário como se resolve a questão do monitor individual, sempre judicializado, e exclusivamente para uma criança. Contem com a gente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

Vereadora Mônica Leal (PP): Queridas, Érica e Isabel, escutei atentamente a fala de vocês e quero dizer que eu entendo e apoio. É verdade: muito demorado tudo, vocês são invisíveis, as pessoas não enxergam, o problema é enorme, o problema é urgente e o problema tem que ter prioridade. Não adianta fazer projetos, não adianta fazer leis e a coisa não acontecer. Essa é que é a verdade. Escutei sobre colégios, monitores, a necessidade, e vocês têm toda a razão: isso tem que ser prioridade máxima! Falar sobre autismo é falar sobre luz, e vocês, como ninguém, iluminam essa causa e colocam muito bem, e a gente fica pequenininha, pequenininha, e sabe que é preciso fazer muito mais, e todas as instituições. Também começando por campanhas, e, como jornalista, eu quero falar aqui que uma campanha de conscientização é extremamente necessária para que as pessoas entendam como agir, como ajudar num momento de crise. Contem com o meu apoio, eu mesma já fiz aqui um projeto, uma moção de solidariedade e reivindicação pela busca do atendimento adequado a crianças na rede municipal. Eu não vou me estender mais, meus colegas querem falar também, mas continuem contando com o meu apoio. Quem dera eu consiga ajudá-las mais e mais. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Boa tarde, Érika Rocha e Isabel Ferrari. Hoje pela manhã sancionamos um projeto de minha autoria, com coautoria do Ver. Claudio Janta e da Ver.^a Comandante Nádia, que é o projeto do laudo permanente, como já foi citado pelo Ver. Janta anteriormente. Escutando atentamente, Érika, o teu discurso, concordo plenamente contigo, mas a prerrogativa desta Casa é legislar e fiscalizar, e tanto é verdade que nós estamos caminhando juntos, que através desta lei do laudo permanente recebi agora, 10 minutos atrás, o relato de uma mãe que foi ao médico

e o médico não sabia que o laudo permanente já é lei na nossa cidade, e cobrou a renovação do laudo. Então, como vereador de Porto Alegre, e tenho certeza de que os meus pares também, agora farão com que se dê a divulgação dessa lei para que ela seja cumprida em todos os órgãos de saúde da nossa capital. Então, por isso, conte com este vereador, e eu sei, com todos os outros, para as questões e as causas do autismo. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu Presidente, Hamilton Sossmeier, boa tarde, Érika, Isabel. A gente fica também angustiado com a fala de vocês; a gente vê, realmente, o quanto a luta tem sido grande, mas vocês podem contar com a gente, esta Casa também está a inteira disposição de vocês. Nós procuramos olhar para essas pessoas com mais carinho e lutar em prol dessas famílias. Eu quero aproveitar aqui e falar sobre o pedido que tu me fizeste e dizer que o meu mandato estará sempre de portas abertas para a entidade, e por indicação do projeto Angelina Luz protocolamos do PLL nº 042/23, que obriga a substituição de sinais sonoros estridentes por sinais musicais nos estabelecimentos de ensino, localizados no Município de Porto Alegre, que tenham estudantes com TEA nos estabelecimentos de ensino localizados no Município de Porto Alegre. Este projeto de lei visa a diminuir a hipersensibilidade sensorial ao estímulo do ambiente escolar. Então, eu deixo um abraço para vocês e coloco o meu gabinete à disposição para aquilo que vocês precisarem, inclusive eu também sou o presidente da Frente Parlamentar das pessoas com deficiência aqui na Casa, e temos procurado também dar essa atenção para essas famílias. Contem com a gente, um forte abraço. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, Hamilton, obrigado por me conceder este tempo; Érika Rocha, Isabel Ferrari. Eu, Hamilton, no ano passado, fui presidente da Comissão de Educação, nós tivemos a oportunidade de visitar as quatro escolas municipais aqui, que são especiais e que são muito boas, me chamou muito atenção, especificamente a EMEEF Professor Luiz Francisco Lucena Borges, é uma escola que parece que não existe em Porto Alegre, de tão boa que é, parece que não existe. E eu, na época, isso foi no início do ano passado, inclusive, me chamou atenção que a secretária de educação não visitava a escola. Eu perguntei para o diretor do colégio, nessa oportunidade, se a secretaria de educação tinha feito uma visita, como nós tínhamos feito, e ele disse que não; me surpreendeu, porque é uma escola tão boa que o governo deveria fazer propaganda dela, e ela está lá escondida, as pessoas não sabem que existe.

Depois eu fui pensar por que isso ocorre, e a minha conclusão é que a demanda por escolas com essa qualidade é tão forte que, se o público em geral souber que elas existem vai querer que existam mais escolas com essa qualidade. Então, nós temos quatro escolas, eu achei as quatro boas, evidentemente que elas são diferentes, a da Restinga não é a mesma que a da Lucena, a qualidade da escola não é a mesma, as demandas são muito maiores, então a pressão sobre a escola é muito maior, mas me chamou atenção que as quatro são boas, só que a demanda é muito maior, faltam vagas. O Janta ou alguém que me antecedeu fez uma observação muito importante, em geral eu defendo a escola pública sempre, eu não sou a favor de escola privada, eu sou a favor de escola pública. Porque quando tu tens uma escola privada, e se os mais ricos começam a colocar seus filhos nas escolas privadas, a lógica mais provável é que a escola pública vai piorando, e isso é um fato, é uma forma também de privatizar a educação. No caso das crianças que têm a condição do autismo, essa ideia do cuidado, de que o Estado tem a obrigação de cuidar é básica, do contrário nós vamos ter dramas individuais que vão ficar como dramas individuais, como se fosse um problema individual de cada um, quando não é um problema individual de cada um, ou pelo menos não deveria ser. Infelizmente, hoje em dia, é tratado como se fosse. Então eu queria parabenizar a luta de vocês, é uma luta nossa, mas são vocês que sentem ela na pele com muito mais força. Portanto nos colocamos à disposição do que for necessário para que essa pauta saia da invisibilidade. Ela saiu mais do que alguns anos atrás, felizmente está menos invisível, mas ela ainda segue sem ser uma prioridade. E eu creio que a luta de vocês, para que seja uma prioridade, é uma luta fundamental e estratégica. Parabéns pela luta. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Presidente, quero cumprimentar a Érika e a Isabel e dizer que eu estou aqui há 16 anos, e as doenças raras, de uma maneira geral, ou as síndromes, enfim, mesmo o autismo não eram tratados e nem conhecidos da maioria dos vereadores. Desde o primeiro momento, quando o Ver. Janta trouxe para incluir no Calendário Oficial de Porto Alegre a luta e o reconhecimento do autismo, não só votamos a favor como trabalhamos junto. Particularmente, como aqui diz que hoje é para tratarmos do transtorno do espectro autista, direito, saúde e educação, eu incluiria sociabilidade. Na família, neste momento, eu estou tendo a necessidade, por assim dizer... Uma filha, com 15 anos, no ano passado, constatamos que ela tem autismo. Aí envolve toda a família. Até nós mergulharmos, compreendermos a socialização, o entendimento, é uma nova cultura que tem que se ter. As escolas e a sociedade precisam entender essa invisibilidade, pois não podemos compreender que as crianças querem ser daquela maneira, ou os adultos. Nesse sentido, Presidente, eu queria trazer aqui que, este ano, os profissionais da educação e as mães de crianças com deficiência celebraram a revogação do Decreto nº 10.502, que foi assinado pelo Jair Bolsonaro em 2020, que incentivava a exclusão de tudo isso, de estar dentro da sala de aula. A decisão do atual

Presidente foi comemorada. Afirmou ainda que o decreto estava desmanchando todas as políticas públicas de integração e inclusão. Então, nós temos que recomeçar, mas já é um bom caminho. Conte conosco, eu e a nossa bancada de oposição. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu me somo à indignação, ao desabafo de V. Sas., quando se manifestam da tribuna sobre a falta de uma política de inclusão e de atendimento às pessoas autistas. Eu queria dizer a V. Exas., colegas vereadoras e vereadores, e aos nossos convidados desta tarde que existem atribuições do Legislativo e do Executivo. O Legislativo propõe leis, fiscaliza, coloca recursos no orçamento, para executar. O Executivo viabiliza a política e, até então, não viabilizou. Vários vereadores aqui colocaram recursos e estão aguardando o centro do autismo, ali, na Av. Bento Gonçalves, ao lado igreja São Jorge. Vai sair? Que Deus nos ajude que vá sair, e logo, até porque nós debatemos, inclusive, na COSMAM, em várias audiências e, de fato, o governo está reformando esse espaço para poder viabilizar essa política, que, até então, era para pediatria, para crianças e adolescentes. E nós estamos insistindo para que tenha também acompanhamento para adultos, um acompanhamento clínico. Tem que ser um atendimento universal, tem que ter um atendimento global.

Eu queria dizer também às senhoras que eu tive três iniciativas aprovadas nesta Casa. Uma delas foi a que o nobre colega, Ver. Claudio Janta, falou, que a gente proibiu os fogos estampidos; hoje só são fogos a vista na cidade de Porto Alegre. Havia uma grande reclamação não só para pessoas que têm essa patologia, como também para os animais, e assim por diante. Então hoje, em Porto Alegre, quem fizer isso deve levar uma multa, mas é preciso que o cidadão ajude a fiscalizar.

Nós aprovamos, no mês passado, dois projetos importantes. Um deles institui a política integrada de atenção psicossocial aos alunos da rede municipal de ensino no Município de Porto Alegre. Aquilo que a Isabel falou: se não tiver uma política integrada de atenção psicossocial, as pessoas vão se desmotivando, e de ambas as partes, pode ir tirando alunos da rede de ensino. Mas também aprovamos uma outra que é de extrema importância, que eu também fui autor do projeto, que são o teste do olhinho, o teste da orelhinha, o teste do coraçãozinho, no parto, no Sistema Único de Saúde. E agora nós já aprovamos, na semana passada, a obrigatoriedade da triagem precoce de sintomas de Transtorno do Espectro Autista – TEA, em crianças de 0 a 36 meses, nascidas em clínicas, maternidades, hospitais públicos conveniados pelo Sistema Único de Saúde. Assim que o prefeito sancionar, é uma lei, portanto deverá sair a testagem de 0 a 36 meses – o governo é obrigado a ofertar isso.

Então, que bom que vocês vieram aqui cobrar de nós, como também do governo. Esperamos avançar nesse aspecto e seja bem-vindas aqui, porque aqui é a Casa do Povo. Um grande abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Vereador Jonas Reis (PT): Queria, neste momento, Presidente, agradecer o espaço de fala e deixar a minha saudação especial à Sra. Érika Rocha, a qual já conheço das lutas, e também à Sra. Isabel Ferrari, em nome de vocês, saúdo a todas as mães e pais de crianças atípicas e adultos também. Eu, como professor, já tive colegas professores autistas. Então, eu acho que a gente tem que ajudar a sociedade a combater os preconceitos. As pessoas acham que não tem o que fazer. O autista é um cidadão, uma cidadã, e precisa do poder do Estado para potencializar todos os seus talentos, isso é fundamental. No momento em que o poder público entender isso, nós veremos mais dinheiro para essa causa, nós veremos políticas de educação, nós veremos política de assistência, que não tem às mães, e políticas de saúde, para falar em três áreas. Agora, eu queria também lembrar que eu aqui tenho um projeto de lei em tramitação, inclusive para alimentação diferenciada nas escolas para aqueles que precisam. Eu aqui mandei muitos recursos para várias escolas que tenham Sala de Integração e Recursos, porque, como eu venho da educação, eu entendo a importância de potencializar esses espaços, mas eu gostaria que mais recursos fossem destinados. Eu acho que a gente tem que mexer, Érika, nas leis dos Fundos – nas leis dos Fundos –, porque daí nós temos dinheiro destinado para a causa do autismo, é para o TEA, não é para outra coisa, e aquele dinheiro vai se materializar em política, não vai ir para o caixa hoje. Hoje o que a gente tem? O dinheiro é tudo um caixão único, e aí há disputa, infelizmente, o orçamento público, seja municipal, estadual ou da união, ele está em disputa constante. Grupos sociais disputam, assim como nós vão disputar para o autismo, tem outros disputando para pavimentação, para saneamento, e não dá. Eu acho que a gente precisa fazer um debate nacional, com os ministérios; e o Congresso Nacional tem que fazer isso, uma rubrica específica, um fundo específico para dar conta de forma robusta. E só se dá conta disso com políticas reais, o resto é só frases, é só discurso; nós precisamos de política pública. Um abraço, parabéns a vocês. Viva o dia 2 de abril; viva a luta das mães e dos pais de autistas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra, nos termos do art. 206, do Regimento.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, queria falar que é a primeira vez que eu concordo com um vereador do PSOL. O Ver. Robaina falou, agora há pouco, aqui sobre a importância das escolas especiais. Eu concordo com essa afirmativa, minha irmã estudou numa escola especial na cidade de Porto Alegre. Acho que se existe uma política pública que pode ser feita, além daquela que já está sendo promovida pelo Ver. Claudio Janta, é a ampliação das escolas que saibam acolher as

crianças especiais, obviamente que de acordo com os pais, com acompanhamento psicológico, acompanhamento médico para que a gente possa descentralizar cada vez mais esses locais que saibam acolher as crianças especiais e, dentre essas também, as crianças autistas. Acho que isso é muito importante para nossa cidade, e, se tem algo que esta Câmara, com certeza, concorda em sua plenitude é essa luta que vai ajudar vocês a encontrar o melhor tratamento adequado para as crianças especiais e, dentre elas, os autistas. Então, contem conosco nessa luta nessa luta, e vamos nos somar, sem demagogia, nesse tema, que é muito importante e que, muitas vezes, pela estigmatização do tema, acabam fazendo com que as pessoas tenham receio de falar em público abertamente sobre essa questão. Como é um tema muito importante que a gente dê atenção, temos que ter a coragem de falar abertamente sobre o tema, para que ele possa ser abordado na sua plenitude. Parabéns a todos pela luta. E força a todos que passam por essa situação, sem ter atendimento adequado pelo nosso Município.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Obrigada, Presidente Hamilton. Quero aqui, Érika, querida, Isabel, dizer para vocês que eu também sou mãe e eu entendo que mãe sempre tem trabalho, mas eu vou dizer para vocês, jamais eu conseguiria me colocar no lugar... não conseguiria imaginar o trabalho que tem a mãe de um autista, por certo. Isso eu falo com mulher, como mãe e digo para vocês que vocês são guerreiras. Se outrora, Érika, vocês não eram conhecidas, vistas, olhadas, hoje eu posso te dizer sinceramente, hoje as mães dos autistas são, sim, reconhecidas, são olhadas, são vistas, não estão mais na invisibilidade. Vocês são protagonistas, porque vocês vestiram a camiseta e efetivamente estão lutando pelos seus filhos. E para que isso? Para que essas crianças, que serão adolescentes e que serão adultos logo ali na frente, possam ter independência. Para ter independência, precisa ter tratamento, diagnóstico, precisam ter oportunidades, e eu brigo pelas oportunidades, tenham certeza. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem – vocês duas! E aqui eu parabenizo todas as mães que estão aqui. Mas oportunidade é real, não é só da boca para fora. No meu gabinete eu tenho o Bernardo, autista, e eu dei oportunidade para ele. Quisera que todos os outros também o fizessem, para que a gente possa ver que esses adolescentes, esses jovens adultos têm muito a nos entregar e a nos ensinar. Vida longa ao 2 de abril, mas que não seja apenas uma data, que esse 2 de abril se repita pelos 365 dias de todos os anos, até a gente conseguir, efetivamente, que todos sejam incluídos, que todos sejam respeitados e que o amor prevaleça. Muito obrigada. Contem comigo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Essa foi a nossa tribuna, a primeira, e eu quero agradecer a todos os vereadores e vereadoras pelas palavras. Mas muito mais do que as palavras – não é, Bel? –, a gente espera que, a partir desta tribuna, a gente consiga caminhar em direção à prática, que a gente consiga caminhar em direção ao respeito, e a gente consiga caminhar com dignidade e com visibilidade, e viver, não apenas sobreviver como temos feito todos esses anos. Famílias atípicas lá em cima, o passo para trás é só para a gente tomar impulso, a gente não vai parar. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos as presenças da Sra. Érika Rocha e da Sra. Isabel, representantes do Projeto Social Angelina Luz. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h25min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h28min) Estão reabertos os trabalhos.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a homenagear o Centro de Atendimento Integral e Treinamento em Doenças Raras – Casa dos Raros de Porto Alegre –, nos termos do Requerimento nº 054/23, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Raphael Fernando Boiati, presidente da Casa dos Raros; a Sra. Carolina Fischinger Moura de Souza, superintendente-médica da entidade; a Sra. Tenente-Coronel Márcia, representante da Brigada Militar e a área psicossocial; o Sr. Secretário Cesar Emílio Sulzbach, da Saúde; o Sr. Bernardo Medina; e o ex-deputado federal Patrick Dorneles.

A Ver.^a Comandante Nádia, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero também cumprimentar aqui a nova direção da APAE, muito obrigada pela presença, e todos que vieram aqui nesta Câmara, de alguma forma ou de outra, para homenagear, para lembrar, para conscientizar sobre o dia 2 de abril, Dia do Autismo, mas também por conta deste momento tão importante, da homenagem ao Centro de Atendimento Integral e Treinamento em Doenças Raras. O centro foi

construído em Porto Alegre pela parceria do Instituto Genética para Todos com a Casa Hunter, duas organizações da sociedade civil, que desenvolvem projetos na área de doenças genéticas raras. Iniciativa inédita na América Latina, a Casa dos Raros surgiu com a proposta de estabelecer uma rede interligada do atendimento integral às pessoas com doenças raras. Deixei por último, mas não menos por importância, o nosso querido sempre deputado federal Patrick Dorneles, ele bem representa, presidente Raphael, o que nós estamos hoje aqui homenageando e dizendo “sim” à Casa dos Raros, principalmente porque esse projeto é ousado, único em Porto Alegre, que terá avaliações especializadas e orientação para o diagnóstico, que é importante que ele seja feito rapidamente, prematuramente, o quanto antes o diagnóstico vier muito melhor para que o tratamento aconteça, e o tratamento na Casa dos Raros existe no que há de mais avançado. Será oferecida ali a *expertise* de uma equipe multidisciplinar altamente capacitada, também com teleatendimento. Entre os equipamentos disponíveis no laboratório da Casa dos Raros está um espectrômetro de massas em tandem – eu nem sei o que é isso, mas deve ser importante o negócio –, que é capaz de identificar moléculas que outros exames não captam e permite diagnosticar dezenas de doenças raras – isso é muito importante. Nós não vivenciamos isso todos os dias, mas a gente sabe que a invisibilidade das doenças raras estão aí, postas nas ruas de Porto Alegre, nos bairros de Porto Alegre, estão pelo Estado do Rio Grande do Sul. Tenho certeza, secretário Cesar, estaremos, em Porto Alegre, dando exemplo para o resto do Rio Grande do Sul. Um programa intenso de educação e treinamento contribuirá para capacitar profissionais em todo o País nessa área de doenças raras. Importante também o manejo, o entendimento, como fazer com essa criança, que se tornará um adolescente e, num futuro próximo, um adulto. O que nós queremos? Queremos a independência dessas pessoas, que possam, com muita qualidade, diagnóstico precoce, rápido, tratamento imediato, ali na frente, serem adultos protagonistas das suas vidas. E é isso que nós falamos aqui, com muitas missões e objetivos diversos, a Casa dos Raros quer garantir o atendimento a todos os pacientes, seja através do sistema público de saúde, dos planos de saúde, que têm um acordo com a Casa dos Raros, para acolher pacientes com o objetivo de encurtar a jornada entre o início dos sintomas e o diagnóstico da doença, evitando sequelas pela demora do início do tratamento – isso é fundamental, Presidente, que aconteça o quanto antes –, realizar o acolhimento, o atendimento de uma forma ampla, otimizada, visando às necessidades do paciente, bem como das famílias. As famílias, como há pouco vimos as duas mães aqui, também precisam ser orientadas, as famílias também precisam conhecer o manejo, as famílias também têm que ser cuidadas. E a gente vê que a Casa dos Raros faz esse tratamento integral, treina, orienta profissionais da saúde, dá suporte para continuidade do atendimento

Vereadora Mônica Leal (PP): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde a todos. Presidente querido, boa tarde, lhe cumprimento mais uma vez. Parabéns ao Centro de Atendimento Integral e Treinamento em Doenças Raras. Eu tive a oportunidade de estar lá, Ver.^a Comandante Nádia, na inauguração, de conhecer o centro, de ouvir um depoimento emocionante da jovem que estava com seus pais e que

contou o quanto foi difícil até descobrirem o diagnóstico. Então, realmente, são muito importantes todas as manifestações, os eventos, os projetos que nós, do Legislativo, possamos fazer, como esta merecida homenagem proposta de forma acertada pela Ver.^a Comandante Nádia. Em fevereiro deste ano, como eu disse, estive lá e fiquei tão tocada que, imediatamente, eu entrei em ação para apresentar o projeto que busca conferir à Casa dos Raros o certificado de entidade de Utilidade Pública Municipal, e muito me alegra poder ajudar essa instituição dessa maneira, Ver.^a Comandante Nádia. No momento em que eles tiverem toda essa documentação, nós poderemos passar emendas, buscar emendas parlamentares federais da bancada gaúcha, de senadores, deputados federais, deputados estaduais e nós mesmos aqui, como legisladores. Então quero cumprimentar a iniciativa da Ver.^a Comandante Nádia, cumprimentá-los e dar essa boa notícia. Boa tarde.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, Sr. Presidente Hamilton Sossmeier; boa tarde, Ver.^a Comandante Nádia; boa tarde, Raphael Boiati, presidente da Casa dos Raros; Dra. Carolina Fischinger, superintendente médica da Casa dos Raros; tenente-coronel Márcia, representante da Brigada Militar, da área psicossocial; Sr. César Sulzbach, representando a Secretaria Municipal da Saúde; ex-deputado federal Patrick Dorneles, a quem inclusive eu gostaria de publicamente estender uma saudação do nosso deputado federal do partido NOVO, Comandante Nádia, o Marcel van Hattem, que pôde dividir com V. Exa. a Câmara dos Deputados, que pediu que eu viesse e lhe entregasse um abraço, um carinho, e ele disse que foi muito agraciado por dividir com o senhor, lá em Brasília, esse mandato. Então, sintam-se abraçados pelo deputado Marcel van Hattem, seu colega de Câmara, lá de Brasília. Então também o paciente Bernardo, também saudado aí na Mesa, e parabenezá-la, Comandante Nádia, após todo esse vocativo, pois é importante para ressaltar as presenças, parabenizar a senhora que traz esse assunto, que lidera esse assunto, hoje está inclusive de azul, acho que de forma proposital. Também confesso que estou de paletó azul, mas a gente precisa dar visibilidade, a gente precisa cuidar. Parabéns a todos vocês que atuam nessa causa, parabéns vocês também, deputado, Bernardo também, que trabalha conosco, que Deus nos abençoe. Em nome de Mari Pimentel, a nossa vereadora líder do partido NOVO e também meu, Ver. Tiago Albrecht, queremos parabenizar e dizer que estamos muito felizes de estar com vocês festejando, porém, também prospectando uma melhora de atendimento, de trabalho, e de visibilidade. Então fiquem todos com Deus, e mais uma vez, vereadora, parabéns pela iniciativa.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver. Tiago. O que são doenças raras? Isso é importante que todos nós, vereadores, saibamos. Ainda que sejam chamadas de doenças raras, essas patologias de diagnóstico difícil e de tratamentos restritos e caríssimos atingem 13 milhões de brasileiros. É altíssimo o número de brasileiros que são atingidos com doenças raras, segundo levantamento, claro, do Ministério da Saúde. Elas são definidas pela prevalência, e no Brasil são aquelas que acometem 65 pessoas em cada grupo de 100 mil habitantes. É um número alto, é um número que não pode ser esquecido por todos nós, e eu quero parabenizar aqui a Casa

dos Raros por estar fazendo esse excelente serviço. E, óbvio, não poderia deixar hoje de homenagear alguém raro que, com um ano e oito meses, foi diagnosticado com mucopolissacaridose – é difícil, não sei nem falar isso –, doença genética multissistêmica, um jovem de 26 anos de Caçapava do Sul, aqui do Rio Grande do Sul, que está sendo bem atendido pela Dra. Carol, é atendido por vários, por um grupo multidisciplinar aqui do Rio Grande do Sul, e que chegou à Câmara Federal dos Deputados. Isso demonstra para todos nós que diagnóstico rápido, tratamento imediato e oportunidades fazem com que pessoas que tenham casos raros de doenças possam ser independentes.

Vereador Alvoní Medina (REP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sejam bem-vindos à nossa Casa. Nós tivemos, na última semana do mês de fevereiro, a Semana das Doenças Raras, em que foram realizadas diversas atividades em alusão à causa. Também fizemos uma visita à Casa dos Raros, onde tivemos a oportunidade, na inauguração, de estarmos lá e vermos que ali vai se dar um atendimento realmente humanizado. Eu tenho certeza que as famílias serão bem acolhidas, as pessoas vão sair com um diagnóstico para que possam ter um tratamento mais rápido, mais humanizado, um tratamento mais apurado. A gente sabe que quanto mais rápido for o diagnóstico, mais vidas poderão ser salvas. Então eu me coloco também à disposição, como presidente, na Casa, da Frente Parlamentar das Doenças Raras. Comandante Nádia, eu sei que essa luta é de todos, e a gente não olha partido, a gente olha para as pessoas. O trabalho do vereador é exatamente esse olhar para 1,5 milhão de habitantes na cidade de Porto Alegre e lutar em favor dessas pessoas. Então conte comigo, com o nosso gabinete, com a Frente Parlamentar que é exatamente uma ferramenta para as pessoas com doenças raras, aqui, na Casa. Qualquer coisa que vocês precisarem a frente está à disposição. Que Deus abençoe a vida de cada um. Obrigado, minha Comandante, que Deus lhe abençoe.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver. Alvoní.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Amiga Nádia, eu ouvi as manifestações todas e estou aqui, primeiro, para te cumprimentar pela iniciativa de nós promovermos esse encontro tratando desse tema tão relevante para a nossa cidade. Quero também saudar a Casa dos Raros pelo acolhimento que tem trazido às nossas pessoas com doenças raras aqui, na cidade de Porto Alegre e no Estado todo. Portanto, parabéns e quero ratificar aquilo que falaram nossos antecessores, estamos juntos e às ordens aqui na Câmara. Um abraço e obrigado, mais uma vez, parabéns, para ti.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Parabéns, obrigada, Ver. Ferronato. Como eu dizia, no mundo já estão catalogadas cerca de oito mil doenças raras. Hoje, além de homenagear a Casa dos Raros, nós estamos aqui para entregar o Diploma de Honra ao Mérito, nos termos da Resolução nº 2.083 de 7 de novembro de 2007, por

minha proposição, ao Sr. Patrick Teixeira Dorneles Pires, pelos serviços prestados nesses anos todos, principalmente por ele ser um exemplo para todos nós, com doença rara, com toda dificuldade. A gente tem certeza que a família te apoiou, que os amigos te apoiaram, que todos estavam aqui te dando a visibilidade e te dando oportunidades para chegar a deputado federal na Câmara de Deputados Federais. E nisso nós todos temos que estar engalanados, porque não é fácil para ninguém e, mais difícil ainda, eu tenho certeza, Sr. Patrick, que foi para o senhor chegar lá. Então eu vou aí te entregar, nas tuas mãos, assinado pelo nosso Presidente da Câmara, esse Diploma de Honra ao Mérito, dizendo que tu nos representas e que continues com essa tua luta, assim como na Casa dos Raros, fazendo com que nós, parlamentares, tenhamos olhares para todos. Porto Alegre é inclusiva, tem lugar para todo mundo e nós nos sentimos homenageados por tu estares aqui nos mostrando o quanto é importante a tua vida, fazendo essa força que tu tens tido aí, mesmo com toda a doença, nos mostrando que a vida é bela e que nós podemos, sim, cada vez mais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido a Ver.^a Comandante Nádia a fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Patrick Teixeira Dorneles Pires.

(Procede-se à entrega do Diploma de Honra ao Mérito.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. Patrick Teixeira Dorneles Pires, ex-deputado federal, está com a palavra.

SR. PATRICK TEIXEIRA DORNELES PIRES: Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente Hamilton; Ver.^a Nádia; fico muito honrado por estar aqui nesta Casa, na cidade em que nasci, Porto Alegre, e ver que todos estão em prol do que a gente luta para outras pessoas com deficiência, doenças raras, pessoas com autismo, e ver que não é só no dia de hoje, mas que continue. Não estamos sós. Eu nasci com uma doença rara que acomete inúmeras deficiências, a mucopolissacaridose. Resumindo um pouco o que me fez entender, está lá em João, versículo 9: quando os discípulos perguntam para Jesus Cristo por que ele vem assim, se foi por conta dos pais, ou foi o rapaz cego que pecou, Jesus responde: “Nem um nem outro, mas para que as obras do Senhor se manifestem”. Aí começou a nossa história através da liberação de uma pesquisa clínica pelo CONEP, que é a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, lá em 2011. Juntamente com parlamentares da Paraíba... Nasci em Porto Alegre, mas, em virtude da variação térmica, a nossa família acabou se mudando, para que eu pudesse ter mais qualidade de vida, e por indicação dos médicos, que me acompanham a vida toda. Agradeço demais a toda a equipe, no nome da Dra. Carol, do Hospital de Clínicas. Foram inúmeras lutas, a nossa história foi se agigantando cada vez mais, a luta das doenças raras sendo conhecida e encontrando mais aliados, como hoje. A partir daí, foi sendo reconhecida, através da nossa luta, fui homenageado, recebi de cidadão pessoense, campinense, de Campina

Grande. Tudo na minha vida, eu faço de acordo com a vontade de Deus, acabou que, em 2018, fui candidato. E, no ano passado, com a graça de Deus, dia 22 de fevereiro de 2022, no mês das doenças raras, o primeiro deputado federal com doença rara e grave do Brasil tomou posse. Foi um momento curto, como suplente, mas que pude registrar a marca, mostrar para as pessoas com doenças raras, os raros, podem e devem ter vez de voz. E não vamos parar por aqui, estamos todos juntos e somos todos raros. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, nosso ex-deputado federal Patrick Dorneles, também a Ver.^a Comandante Nádia por essa homenagem ao Centro de Atendimento Integral e Treinamento em Doenças Raras, Casa dos Raros em Porto Alegre.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que esta Casa, há 15 anos, não debatia o tema das doenças raras, até porque o tema das doenças raras ainda é um tema da invisibilidade no Brasil. E eu tive oportunidade aqui de trazer para esta Casa e debater, e aprovamos em 2006, não só dar apoio como incluir no calendário oficial da cidade, o Dia de Luta contra Ataxia Dominante, uma doença hereditária, aprendi que veio lá dos Açores, principalmente com os portugueses. E a nossa região sul, principalmente o Lami e o Belém Novo, tem muita incidência ainda das doenças raras, Ver. Gilson Padeiro e Ver. Culau, nós, que somos lá do Extremo-Sul. E as pessoas, na cultura, tinham um preconceito, inclusive na Idade Média queimavam essas pessoas dizendo que elas estavam possuídas de bruxaria. Bom, a ciência evoluiu. Nós fizemos esse debate aqui, Dra. Carolina e secretário Cesar; e aqui no Hospital de Clínicas se constitui um núcleo de genética para poder estudar essas doenças raras e se aprofundou na Doença de Machado-Joseph. E tudo é na política, as decisões todas são políticas em nossas vidas, e aí qual é a luta que nós temos em comum aqui? É que as doenças raras não estão inclusas na sua grande maioria... Ah, outra coisa que eu descobri é que não são uma, nem duas doenças raras, acredito que hoje estejam na casa de 5.500, 5800...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Oito mil! Então, já estou atrasado, porque, anos atrás, estava em 5.800. Oito mil doenças raras catalogadas, e as doenças raras não estão hoje dentro da listagem do INSS para poder amparar as pessoas que sofrem de uma ou outra. Nós também aprovamos aqui o tema da Ataxia Dominante e também da fibromialgia. Fiz um projeto de lei, depois o Ver. José Freitas levou adiante, para reconhecer também a fibromialgia, porque chega, normalmente, na cultura da medicina, olha para pessoa, não tem nada, mas a pessoa está morrendo de dor. E dor sente quem está tendo dor. Se tu não tens uma identificação visível, isso é problemático. Então,

eu venho aqui, em nome da minha bancada, dizer que nós estamos nesse momento, eu sou do Partido dos Trabalhadores, no governo federal, e queremos, sim, discutir essa agenda. É uma agenda que está travada no INSS, porque significa mais custo, significa amparo, significa medicamento, significa recurso. Eu também venho aqui dizer e comemorar nesse momento que, felizmente, já no início deste ano, houve a revogação do decreto que foi do Presidente anterior, do Bolsonaro, que excluía as crianças com doenças raras ou com deficiências da normalidade da vida educacional e cultural, foi revogado. Esse decreto está sendo comemorado por todos os educadores e cientistas do Brasil. Já tinha sido derrubado pelo Supremo Tribunal Federal, a política nacional de educação especial tem que ser equitativa, com a inclusão e com aprendizado ao longo da vida, porque muitas dessas doenças geraram uma pessoa que porta essa diferença, é para a vida toda, e nós temos que saber tratar e incluir cada vez mais isso.

Portanto, venho, em nome novamente do nosso Partido dos Trabalhadores, agradecer o Ver. Aldacir Oliboni, que citou o tema, para dizer, Ver^a Nádia, nós somos parceiros do governo federal para debater, que já está debatendo, já incluiu, na educação, novamente, de não ter a escola exclusiva para as pessoas portadoras de deficiência ou doenças raras, para que elas estejam socialmente integradas. Agora, nós temos que vencer o INSS para incluir essas doenças na lista do INSS, para que possamos, ao mesmo tempo, dar atenção especial. Um grande abraço e estamos à disposição para contribuir nessa luta, porque a nossa maior luta, primeiro, é tirar da invisibilidade, e, depois, apostar na ciência e nos direitos sociais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Suspendo a sessão para as despedidas e registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h04min) Estão reabertos os trabalhos. Vamos dar continuidade ao período de Comunicações.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Este período é destinado a assinalar o transcurso dos 101 anos do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, nos termos do Req. nº 042/23, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo e da Ver.^a Biga Pereira.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Antônio Augusto de Medeiros, presidente estadual PCdoB; e a Sra. Luciane Pereira, vice-presidente estadual PCdoB. Registramos também a passagem por esta Casa da deputada estadual Bruna Rodrigues, presidente municipal do PCdoB, e do ex-vereador e ex-deputado Raul Carrion.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo, proponente desta homenagem, está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, boa tarde. Começo dedicando esta homenagem a João Carlos Haas Sobrinho, o Dr. Juca, um médico gaúcho, militante do movimento estudantil e também do Partido Comunista do Brasil; junto a ele – não concedo aparte neste momento –, homenageio todos os mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, e dedico, Presidente, aos mortos e desaparecidos durante a ditadura, justamente porque a história do PCdoB, Ver.^a Karen, se confunde com a história do Brasil e se confunde com a história de luta em defesa da democracia. O PCdoB nasce expressando o espírito da luta do seu tempo durante as comemorações do Centenário da Independência – Ver.^a Mônica, peço que aguarde minha conclusão –, também no momento da Semana de Arte Moderna...

Vereadora Mônica Leal (PP): Questão de ordem!

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu estou falando, Ver.^a Mônica! Eu espero e peço que eu conclua. A bandeira do PCdoB vai continuar...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereador, o seu tempo está garantido, só que não é permitido, na Casa, ficar com a bandeira na tribuna.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Perfeito. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Seu tempo está garantido, fique tranquilo.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Estou bastante tranquilo e bastante orgulhoso por fazer essa homenagem ao meu partido, o PCdoB. Eu vou colocar nos ombros, porque nós sempre carregamos os nossos símbolos ao longo da história desse partido centenário. Eu falava que um partido que surgiu durante a comemoração do Centenário da Independência, da Semana de Arte Moderna, do Movimento Tenentista, um partido centenário, que demonstrou seu compromisso com a luta pela democracia quando combateu a ditadura, quando enfrentou o nazifascismo, quando lutou pelas Diretas Já, mas um partido que deixa suas marcas nos dias e no cotidiano de todos e todas nós. Quando nós, aqui, Ver. Comassetto, discutimos o Plano Diretor, nós lembramos do Estatuto da Cidade, com enorme contribuição do nosso camarada Inácio Arruda. Nós que lutamos contra a violência contra as mulheres, tivemos, na relatoria da nossa camarada Jandira Feghali, a Lei Maria da Penha. Nós, quando lembramos as contribuições dos comunistas, lembramos a conquista e a vitória do voto a partir dos 16 anos. São muitas as marcas do PCdoB no nosso cotidiano e ao longo da história. Um partido que também construiu aqui, em Porto Alegre, marcas muito importantes da sua luta. Chegaram, inclusive aqui, nesta Casa, Presidente, Jussara Cony, Raul Carrion, e chegaram nesta Casa fruto da luta popular que representavam. Nesta Casa

também passou Manuela d'Ávila, até hoje vereadora mais jovem já eleita em Porto Alegre; aqui nesta Casa, como foi mencionado, Bruna Rodrigues e Daiana Santos, parte da primeira bancada negra da história de Porto Alegre; hoje duas das primeiras deputadas eleitas no Rio Grande do Sul. Hoje estamos eu e Biga aqui, sendo que eu represento o primeiro mandato coletivo da história de Porto Alegre. Esses são símbolos de uma história construída cotidianamente; nós comemoramos aqui os 101 anos do PCdoB, Ver.^a Biga, porque comemorar os 101 anos do PCdoB é comemorar nossa vitória, diante da perseguição, diante da tortura, diante do anticomunismo que se reinventa, inclusive nos tempos atuais, a partir das *fake news*, um anticomunismo presente, sabemos bem, inclusive dentro desta Casa. Mas nós resistimos; por isso comemoramos hoje o aniversário do nosso partido.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Giovani Culau; quero cumprimentar, Presidente Sossmeier, presidente do nosso partido, Antônio Augusto; nossa vice-presidente, nossa vereadora também, Luciane Congo. Giovani, tu estás discorrendo, e é com o motivo de muito orgulho, eu sei, o que estás sentindo. Eu quero aqui compartilhar também deste orgulho de um partido que tem passado, que tem presente e que tem futuro. No passado, naquele contexto que tu dizes, Giovani, da comemoração do Centenário da Independência do País, da Semana da Arte Moderna, do tenentismo, exatamente nesse processo de efervescência política e cultural, surgiu o Partido Comunista do Brasil. Não é por pouco configurar nas nossas fileiras, como Oswald de Andrade, Pagu, Tarsila do Amaral, assim como Di Cavalcanti e o próprio Luís Carlos Prestes, no tenentismo; nós que tivemos Jorge Amado – a partir dele dá está grande contribuição em 1946, que inclui o direito à liberdade religiosa. Vindo para o nosso presente, tu falavas que não é por pouco nós termos o debate do Plano Diretor com Inácio Arruda, nosso deputado do Ceará, de nós termos Jandira Feghali, relatora da Lei Maria da Penha, que enfrenta o debate do feminicídio, contra violência as mulheres. Nós estamos presentes, sim, com Manuela d'Ávila, Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Giovani Culau, Abigail e Cuca, esse é o nosso presente, mas, mais do que isso, é um partido que tem futuro, e o nosso futuro são os negros e as negras, são os jovens, é o partido que busca novos vínculos com a luta do nosso dia a dia, com a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento, por um País com soberania e que clama por uma democracia ainda tão tímida no nosso País. Eu quero dizer, Antônio Augusto, que é um partido centenário, o mais antigo do nosso País, que se revigora a cada dia; que nós tivemos, nesse tempo presente, Giovani, o protagonismo de vencermos as eleições, levando a vitória de Lula e dando uma certa no fascismo, na ultradireita em nosso País. O PCdoB dará continuidade a essa trajetória dizendo que nós ousemos continuar sonhando com orgulho das nossas marcas e, sim, acreditando na força da nossa gente. E, como os passarinhos, que acreditam, mesmo na escuridão, que a primavera virá, nós acreditamos; faz escuro, mas eu canto. Parabéns ao PCdoB, orgulho de estar nas fileiras desse partido centenário. Muito obrigada.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ver.^a Biga. Agradeço por poder ombrear contigo a construção no presente desse partido.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu caro Presidente Hamilton, trazer nosso abraço ao Antônio Augusto Medeiros, nosso presidente do PCdoB; à Luciane Pereira, vice-presidente e sempre vereadora aqui na nossa Câmara. Registrar a importância de ter tido conosco a Bruna Rodrigues e o Raul Carrion. Hoje, Giovanni, meus parabéns para ti e para a Biga, que estão propondo 101 anos do PCdoB. Isso é uma grande história de lutas e conquistas para a sociedade de brasileira, porto-alegrense, gaúcha. Não foi conquista para o PCdoB, foram conquistas para a nossa sociedade. Portanto, quero cumprimentá-lo, juntamente com a Biga; e dizer que eu tive e tenho o prazer de ser vereador com vocês, hoje, agora; fui vereador junto com a Bruna Rodrigues e com a Daiana Santos; fui vereador – era Presidente da Câmara – quando assumiu o amigo Raul Carrion, nosso deputado e sempre vereador de Porto Alegre, fui vereador com a Manuela d'Ávila e com a Maria do Rosário, a Maria do Rosário também assumiu aqui na Câmara enquanto PCdoB. Nós já tivemos muitas lutas juntos, e por isso estou aí para registrar meus cumprimentos. Vida ainda mais longa, e que o PCdoB continue nessas causas sociais que tanto esse nosso País precisa. Abraço e parabéns a vocês.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Agradeço os cumprimentos, Ver. Ferronato, e pela parceria que, em particular, construímos junto contigo aqui nesta Casa.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Giovanni Culau. Quero cumprimentá-lo por trazer a homenagem do seu partido. Cento e um anos, presidente Antonio Augusto, não é pouca coisa para um partido político. Isso é uma conquista, Luciane. Cumprimentando vocês e a deputada Bruna, cumprimento todos os militantes do PCdoB que aqui estão para esta homenagem. Quero dizer que todos nós acertamos e todos nós erramos; a história ela é contada ao longo da sua vida, e eu creio que o que fica de positivo numa sociedade é o que vale, e como nós estamos precisando, hoje em dia, de diálogo para poder avançar na construção, e principalmente no resgate das mazelas e desigualdades que existem neste País. E aí, Giovanni, na semana passada, eu fui a Brasília, e andando por Brasília, pensei: vamos discutir Plano Diretor e nós não temos mais um Lúcio Costa ou um Oscar Niemeyer, comunistas declarados que desenharam e construíram Brasília, além dos nomes que a Ver.^a Abigail já citou aqui. Então, em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, quero cumprimentá-los e dizer, Abigail, que o PCdoB é um fiel aliado na construção da democracia e na governabilidade do Brasil. Que possamos estar juntos por muitos anos e ter muitas vitórias neste País. Muito obrigado.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Comassetto, e certamente, juntos, nós construiremos um caminho de reconstrução do Brasil e de defesa da democracia.

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Giovanni, o Antônio e a Luciane, que aqui se encontram, sejam bem-vindos à Casa do Povo. Quero dizer, primeiro, que é legítimo estarmos aqui no plenário homenageando o partido que nos faz bem, mas eu acho que tem um *fake news* aqui. Cento e um anos é do Partido Comunista Brasileiro, o 23, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, data de 18 de fevereiro de 1962, portanto, completa 61 anos neste ano. De toda forma, eu gostaria de dizer que eu não me agrado de ter um partido aqui sendo homenageado nesta Casa, um partido em que o comunismo matou mais de 100 milhões de pessoas no mundo, em que o totalitarismo, o autoritarismo, a privação de liberdade é uma pauta que, infelizmente, não diz respeito a mim e à liberdade que eu tanto prezo. Mas, parabéns por trazer essa pauta aqui, e nós podermos fazer esse bom debate. Muito obrigada pela oportunidade.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ver.^a Nádia, muito obrigado pelos cumprimentos. Apenas faço o registro de que as *fake news* que tu proferes aqui no microfone de aparte se comparam àqueles que defendem que a Terra é plana. De toda forma, muito obrigado pela parte em que tu cumprimentas a história do nosso partido.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Giovanni, Presidente Sossmeier, dirigentes do PCdoB, confesso que, em primeiro lugar, este plenário, a Casa Legislativa aqui sempre é o espaço da promoção de encontros partidários. Nós temos aqui diversos encontros de siglas partidárias que acontecem onde a militância, os líderes políticos desses partidos aqui se encontram, normalmente e habitualmente fora do período de sessão, sendo o período de sessão e sendo, portanto, concedido o aparte, quis o Ver. Giovanni, inclusive, também ser aqui questionado por quem, eventualmente, não concorda com a homenagem que está sendo colocada. Entendo aqui que o aniversário de 101 anos do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, 101 aqui é um número, mais um número entre tantos outros escondidos sobre o manto deste símbolo de morte, que é o martelo e a foice. Símbolo de morte, inclusive, que é proibido em diversos países, como Hungria, Letônia, Indonésia, Polônia, Ucrânia, Lituânia, Geórgia e Moldávia, outros países do mundo que sofreram com essa ideologia nazista, nefasta, comunista, que aqui é colocado como o símbolo do martelo e da foice, um símbolo de morte. Cento e um anos, 101 é um número, entre outros como 20 milhões, apenas da União Soviética; 65 milhões na República popular da China; um milhão no Vietnã; 2 milhões na Coreia do Norte; 2 milhões no Camboja; um milhão nos Estados comunistas do Leste Europeu; 150 mil na América Latina; 1,7 milhão na África; 1,5 milhão no Afeganistão e 10 mil resultantes de movimentos da Internacional Comunista e de partidos comunistas fora do poder. Esses

também são números que devem ser homenageados, a memória dessas pessoas que foram mortas por líderes autoritários, políticos que usavam este mesmo manto, esse símbolo de morte que é o martelo e a foice.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Vereador Pedro Ruas, antes de lhe conceder um aparte, eu gostaria de pedir desculpas aos meus camaradas de partido que aqui estão para comemorar o nosso aniversário pela falta de educação de alguns dos meus colegas que não aprenderam, talvez, em casa que, quando se vai no aniversário dos outros, não se vai para cometer indelicadezas. Então eu peço desculpas, mas eles são minorias. Vereador Pedro Ruas, por favor.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Pessoal, por favor, os que pregam a ordem agora estão fazendo a desordem. Agora tem um vereador que está falando, por favor.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Hamilton Sossmeier, prezado Antônio Augusto, Sra. Luciane, Cuca, Ver. Giovanni Culau, eu quero dizer o seguinte: são sete mandatos com 67 anos de idade. Eu tenho o maior respeito pela Ver. Nádia, pelo Ver. Ramiro Rosário, nunca fiz nenhuma crítica a ambos, de público, fiz debates, enfim, mas eu não faria isso, fosse homenagem a qualquer partido aqui, eu ficaria quieto no meu canto lá, tanto é que falei para o Ver. Gilson Padeiro que eu não vou votar o título do governador Eduardo Leite, mas não vou votar contrariamente, eu vou sair do plenário. Eu vou sair do plenário! Há uma questão de respeito, agiram mal os vereadores, eu nunca disse isso. Nunca critiquei nenhuma vereadora, nenhum vereador aqui, mas agora eu sou obrigado, porque não se faz isso, é uma questão até de elegância nas relações pessoais aqui. Jamais fiz isso, eu posso dizer, porque jamais fiz isso. Homenageie o partido que homenagear aqui. Aqui veio e foi homenageado Eduardo Bolsonaro! Foi homenageado aqui Eduardo Bolsonaro! Eu fui convidado para vir fazer o escracho, e eu disse: não farei. Não farei em homenagem às vereadoras e vereadores que propuseram. Eduardo Bolsonaro estava aí. Então, eu quero fazer este registro, fiquei muito chateado, constrangido. Em nome da Casa, eu, como líder do PSOL, peço desculpas ao Giovanni Culau, ao Antônio Augusto, à Luciane. Quero dedicar a minha fala, que foi dedicada, inicialmente, ao João Carlos Haas Sobrinho, achei muito correto. Eu quero dedicar também às vítimas da chacina da Lapa, em São Paulo, em 1976; a Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, João Batista Drummond, assassinados pela ditadura militar em 1976. A todos nós, a cada uma, a cada um dos militantes que conhecem essa história sempre é bom registrar, e eu vou registrar: não há *fake news*. Em 1922, foi criado o Partido Comunista do Brasil, do Brasil, do Brasil; em 1962, foi mudada a sigla, criada uma sigla, PCB, legítimo, totalmente legítimo; e o PCdoB continuou sob a liderança do João Amazonas e de outros tantos. O fato de não ser o meu partido não quer dizer que eu não conheço a história. Eu conheço, não é o meu partido, mas eu respeito

muito. Cumprimento o Ver. Giovani Culau, uma bela iniciativa, os dirigentes Antônio Augusto, Luciane – a Cuca, e o Presidente, que conduz tão bem a sessão, como sempre, Hamilton Sossmeier. Muito obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Giovani Culau e Coletivo, parabéns a vocês por esta homenagem, Ver.^a Abigail também; 101 anos não é pouca coisa, é muita história de luta. Tem gente que vai falar, esbravejar contra, geralmente, aqueles que pulam de galho em galho todo ano, toda eleição está num partido diferente, aí fica com inveja dum partido com a robustez do PCdoB ser homenageado nesta Casa plural da democracia. Tem gente que não gosta de democracia, e aí tenta usar um momento bonito para lacrar, ganhar *like* na internet, o que é isso, vereadores? Por favor, respeito! E dar uma aula aqui também, ajudar V.Exa. a ensinar quem não conhece história. O Ver. Ramiro veio aqui falar da foice e do martelo que é ruim. A foice é o homem do campo, a mulher do campo; o martelo é o trabalhador da cidade, e essa união constrói esse símbolo da luta pela emancipação da classe trabalhadora. E lembrar mais ainda: viva os feitos maravilhosos que a União Soviética fez, um deles foi acabar com o nazismo, foi entrar dentro da Alemanha e acabar com o genocídio que acontecia lá! Foram os soviéticos! Obrigado a todas e todos que deram a vida na 2ª Guerra Mundial para acabar com a monstruosidade do nazismo. E aqui, no Brasil, a gente ter o PCdoB é uma honra enorme! E quero concluir a minha fala aqui me dirigindo, Antônio Augusto Medeiros, Luciane Pereira, Bruna Rodrigues, deputado estadual; e o Raul Carrion, ex-deputado, ex-vereador desta Casa, que prestigia esta homenagem.

Nós vivemos num país em que a gente precisa muito da luta do povo trabalhador, porque que esses que aí estão, esses que não gostam do povo trabalhador, a gente sabe bem. Eu quero lembrar até de um poema do nosso poeta de Porto Alegre: eles passarão, eu passarinho – e o passarinho aqui hoje é o PCdoB. Viva os 101 anos!

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Viva! Muito obrigado, Ver. Jonas. Para concluir minha manifestação, presidente Antônio Augusto, Luciane Congo, nossa suplente de vereadora, queria compartilhar, com todos que me escutam, que vocês devem imaginar que tomar a decisão de se filiar a um partido comunista, e eu tomei essa decisão bastante jovem, ainda no ensino médio, aos meus 16, 17 anos, e, a cada dia, renovo essa minha convicção. Essa minha escolha faz com que pessoas, como nós, comunistas, não se intimidem com manifestações como a que vimos aqui, porque a nossa história centenária, daqueles que tem a coragem de reivindicar o legado de 1922, é uma história de muita luta, de muito combate, de quem enfrentou a ditadura, perseguição, tortura e execução. Então não são palavras como essas que vão nos intimidar, pelo contrário, renovam a nossa convicção em defesa da democracia, em defesa de um país soberano, e acreditando num futuro que não tenha nenhuma opressão, seja de classe, seja de gênero, seja de raça. Viva os 101 ano do PCdoB, e muito obrigado aos meus colegas vereadores que generosamente cumprimentaram o aniversário do nosso partido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Luciane Pereira, presidente do PCdoB, está com a palavra.

SRA. LUCIANE PEREIRA: Boa tarde a todos e todas, cumprimento a Mesa, a Presidência, o presidente estadual Antônio Augusto; a nossa bancada aqui apresentada, Giovani Culau e Coletivo, Abigail Pereira; as vereadoras e os vereadores aqui presentes; a nossa militância, aguerrida militância do Partido Comunista do Brasil aqui presente; e todos os que nos assistem pela TVCâmara. Quero iniciar dizendo que esta bandeira vermelha, este símbolo significa a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a unidade dos trabalhadores por um novo tipo de sociedade, uma sociedade sem opressão, uma sociedade sem desigualdade. Eu ingressei no Partido Comunista do Brasil, conheci o Partido Comunista do Brasil quando eu tinha 14 anos, há 39 anos. Desde lá, eu aprendi dentro desse partido, que lutava em defesa da educação pública de qualidade, em defesa da democracia, da soberania. Esse é o meu partido, esse é o partido que, dia 25 de março, fez 101 anos. O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922, é o partido mais antigo, como foi dito aqui. Adotando essa sigla PCdoB, a sua história se confunde com a história da luta do povo brasileiro nos últimos 100 anos, sempre em defesa das bandeiras mais avançadas da humanidade, o socialismo e o fim da exploração. Os comunistas estavam nas greves, nos resultados das conquistas dos direitos trabalhistas, defenderam o Brasil na campanha O Petróleo é Nosso, resistiram à ditadura militar, onde deram uma das principais contribuições nessa luta direta na Guerrilha do Araguaia, sendo o partido que mais vidas deu à liberdade, e lutaram pela redemocratização.

É de autor comunista a emenda constitucional que garante liberdade de culto e credo aos brasileiros, na Constituição de 1945. Desde sua constituição, disputa eleições; em 1930, lançou o candidato operário Minervino de Oliveira para a presidência do Brasil, embora aviltado de muitas batalhas pela clandestinidade imposta pelas forças antidemocráticas. Na redemocratização, enfrentou o neoliberalismo e foi o primeiro a levar às ruas o Fora Collor, jogou papel decisivo na eleição de Lula e Dilma, onde nos governos defendeu um projeto nacional de desenvolvimento, sintonizado com a realidade brasileira. Na eleição presidencial de 2018, a camarada Manuela d'Ávila representou o partido na chapa majoritária, que foi para o 2º turno, concorrendo à vice de Haddad. Em 2020, disputamos várias eleições, com destaque para eleição de Porto Alegre, onde é camarada Manuela foi para o 2º turno e fez 45,43% dos votos, retomando a bancada comunista na Câmara de Vereadores.

Atualmente, com o êxito da vitória contra o governo genocida de Bolsonaro e o retorno do Presidente Lula, seguimos lutando pela retomada da democracia e contra os retrocessos nos direitos dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos negros e negras, da população LGBTQIA+, como agenda progressista na retomada da economia e geração de empregos e renda, propiciando uma melhora na vida do povo brasileiro, em especial do povo mais pobre e periférico. O aniversário do PCdoB é motivo de alegria,

não só para os comunistas, mas para todos os democratas, lutadores sociais, que sempre tiveram e terão no PCdoB um aliado na luta por um Brasil soberano e democrático. Um, dois, três, quatro, cinco mil, e viva o Partido Comunista do Brasil! Um, dois, três, quatro, cinco mil, e viva o Partido Comunista do Brasil! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e registro fotográfico. Parabenizando pelos 101 do Partido Comunista do Brasil, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo e Ver.^a Biga Pereira.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h36min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h40min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pelas redes sociais; subo nesta tribuna, no momento de Comunicações, para falar de liberdade, subo para convidar os senhores e as senhoras para que, logo mais, na Ordem do Dia, nós aproveemos a Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa e do Estado Laico. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais de 360 milhões de cristãos foram perseguidos em 2022, a informação está no portal UOL, em um relatório fornecido pelas ONG Portas Abertas, que monitora essa perseguição. A Coreia do Norte é o pior país para cristãos; na Coreia do Norte, uma lei aprovada em 2020 afirma que ser cristão ou possuir uma Bíblia é uma ofensa grave e há uma punição severa. Em matéria da Gazeta do Povo, jornal de repercussão nacional, universitários cristãos relatam aumento de intolerância religiosa em instituições de ensino; nesses locais, as pautas ditas progressistas são bastante estimuladas por professores e grupos estudantis, e muitos cristãos, como por exemplo os que defendem a vida e não assassinato de fetos, costumam sofrer preconceitos diversos por conta de sua fé. Mas não é só o cristianismo que é vítima de perseguição religiosa, o número de denúncias de intolerância religiosa no Brasil aumentou 106% em 2022, segundo dados oficiais estatais. Religiões como as de matriz africana estão entre as que sofrem intolerância em nosso País, por isso a defesa da liberdade religiosa precisa reinar no Brasil. A liberdade religiosa é a mãe de todas as demais liberdades, é a primeira delas, Presidente, porque se alguém pode manifestar o que crê ou o que não crê, ou em quem crê ou em quem não crê, poderá manifestar-se sobre quaisquer outros assuntos. Por isso, essa Frente Parlamentar pela Defesa da Liberdade Religiosa e do Estado Laico, afinal de contas o estado laico é um pressuposto, um princípio constitucional. O Brasil deve ser neutro em relação às religiões sem privilegiar e sem coibir nenhuma manifestação delas. Por isso não podemos ter medidas estatais laicistas, que querem coibir ou proibir a participação de religiosos em debates, como por exemplo o aborto, que é uma questão que transcende, inclusive, a religião. Dessa forma, senhoras e senhores vereadores, a

nossa frente parlamentar, que terá como vice-presidente a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, quer contemplar todas as religiões: religião cristã, budista, de matriz africana, muçulmana, judaísmo e também a não religião, o ateu, o ateísmo. A liberdade religiosa, repito, é a mãe de todas as liberdades, se você é livre para expor a sua crença, se você é livre para por aquilo que você tem dentro do seu coração, dentro da sua mente, o pensamento mais íntimo que faz parte do âmago do ser humano, logo será livre para expor as suas opiniões. Venham comigo, senhoras e senhores, defender a liberdade religiosa e o Estado laico também aqui em Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores e vereadoras, a todos que nos assistem na TVCâmara e pelas redes sociais.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Hoje minha fala na tribuna é para fazer um pouquinho da minha prestação de contas sobre as minhas emendas impositivas. Começamos com Hospital Vila Nova: no final de 2021, destinamos R\$ 853 mil para cuidar da saúde da cidade, dos postos de saúde e também da oftalmologia neste hospital. Temos uma emenda impositiva para tratar de energia solar na Restinga, na Igreja Nossa Senhora Aparecida. Também o Centro Social Padre Pedro Leonardi, para o qual destinamos R\$ 70 mil para fazer uma sala de aula. Agora, uma parte muito importante, a nossa ponte dos índios, no Lami, para o qual destinamos R\$ 65 mil, e hoje recebi uma notícia muito boa, vão começar a levar o material para iniciar a execução da reforma e revitalização dessa ponte, no Lami. Outra emenda de R\$ 60 mil fez o Natal de Belém Novo – cultura, Jonas Reis – para Zona Sul de Porto Alegre, na praça central, dias 18 e 19 de dezembro do ano passado, um evento maravilhoso, com um público de 5 mil pessoas. Uma emenda para colocação de uma câmera de segurança em Belém Novo, ali em frente ao Banrisul, e também ao posto de gasolina, sendo conectada à Brigada Militar e também ao Ceic, trazendo muito mais segurança para a Zona Sul e Extremo-Sul de Porto Alegre. Outra emenda: a gente passou para a *Associação Rita Yasmin*, na Restinga – hoje, tivemos uma pauta muito importante sobre doenças raras, e a gente também colaborou lá com a Antônia, nesse projeto. Mais uma do nosso mandato aqui para o centro agrícola lá na Lomba do Pinheiro, para onde a gente destinou R\$ 25 mil para fazer um trabalho com agricultura familiar. Uma emenda na parte do esporte para o projeto WimBelemDon, em Belém, onde o Marcelo Ruschel faz um trabalho maravilhoso com crianças. Esta emenda aqui é para o Tesourinha, para fazer a parte da fisioterapia, foi destinado um valor de R\$ 12 mil para a compra de equipamentos para tratar os atletas que se lesionam nas atividades físicas. Esta aqui é uma emenda importante também para

o projeto Lance de Menina, porque tem que valorizar um pouco mais as meninas, e a Secretaria de Esportes, através da Débora Garcia, está e fazendo um evento maravilhoso com essas meninas – a gente também destinou esse valor. E, para finalizar, a última foi uma emenda para o Instituto do Câncer Infantil. Essa é a minha prestação de contas das minhas emendas.

Aproveitando o espaço aqui, hoje entra em votação, pessoal, o projeto do meu homenageado, que é o governador Eduardo Leite. Eu gostaria de contar com o apoio de todos para a gente poder fazer um evento maravilhoso. Um abraço a todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Uso este período de Comunicações para anunciar que o nosso mandato protocolou, na semana passada, duas denúncias ao Ministério Público e ao Ministério Público de Contas tratando das más condições dos veículos das frotas de ônibus que circulam em Porto Alegre e que prestam esse serviço. Más condições que dizem respeito desde ônibus sujos e sem manutenção até dois princípios de incêndio que nós tivemos, em duas semanas consecutivas, na cidade de Porto Alegre, com certeza colocando em risco a vida da população. Na última reunião de comissão, o secretário de transporte de Porto Alegre, Adão Castro, colocou que, sim, está havendo uma vistoria, porém nós questionamos e procuramos no DOPA quais foram as últimas multas cobradas pela Empresa Pública de Transporte e Circulação, a EPTC, no que diz respeito ao não cumprimento das metas de qualidade previstas em contratos. As últimas multas cobradas dos empresários pela prestação ruim do serviço, que vem sendo feito pela Associação de Transportadores Privados, foram em 2019, ou seja, há indícios de negligência por parte da Empresa Pública de Transporte e Circulação em relação à fiscalização, novamente, daquilo que está previsto em contrato, e quem está pagando por tudo isso segue sendo a população, na roleta. Outro elemento importante que foi anunciado esta semana foi a contratação da Fundação Getúlio Vargas para prestar uma consultoria ao Município de Porto Alegre no valor de mais de R\$ 2 milhões e que vai ter um prazo de um ano e seis meses para ser concluída. Ou seja, o Município, que está na ilegalidade desde 2016 ao não reportar a gestão da bilhetagem à EPTC, contrata novamente uma assessoria para fazer um estudo sobre possibilidades de gestão de bilhetagem que só vai ser concluído ao final do governo Melo. Ou seja, são mais de R\$ 2 milhões para uma gestão que não vai assumir a gestão do transporte. Enquanto isso, nós também tivemos a notícia, nesta semana, que as linhas da Carris que foram licitadas para atender os loteamentos da cidade, por essa crise no transporte coletivo por ônibus da cidade, a Prefeitura de Porto Alegre simplesmente repassou as linhas executadas pelas Carris às empresas privadas hoje organizadas na ATP, a Associação de Transportadores Privados. Isso é um escândalo, isso precisa ser denunciado. O que leva a Prefeitura a ter a opção de ceder ainda mais para essas empresas

que já prestam um serviço ruim, precário, as linhas hoje bastante valorosas que são executadas pela Carris? Como o T11, que é a linha mais longínqua da cidade e, conseqüentemente, a linha que mais arrecada da cidade de Porto Alegre, e que sempre se teve uma vontade muito grande de essa linha ser passada para a iniciativa privada. Isso aconteceu, há um silenciamento por parte do Parlamento de Porto Alegre em relação a isto: o processo de licitação não foi feito e o contrato, que hoje ainda é vigente, não é respeitado.

Por fim, para completar mais um escândalo envolvendo as empresas de transporte coletivo por ônibus da cidade de Porto Alegre, o nosso atual secretário de transporte, o Adão Castro, ganhou um processo, sem licitação, para prestar um serviço na cidade de Cachoeirinha – cidade também dominada pelo MDB. Então o MDB de Cachoeirinha contratou uma empresa, sem licitação, do atual secretário de transporte do município de Porto Alegre, também do MDB, para prestar um serviço de assessoria em relação à gestão de bilhetagem na cidade de Cachoeirinha. É desses escândalos reincidentes que a gente precisa usar desta tribuna para debater e, principalmente, os vereadores terem o compromisso com a fiscalização daquilo que é prestado por essas empresas ao Município. Representamos ao Ministério Público de Contas, ao Ministério Público Estadual, e estamos exigindo um retorno em relação a essas demandas pontuais, em relação à qualidade, e também a esses escândalos envolvendo uma imoralidade muito grande que é usar da máquina pública em detrimento do enriquecimento de empresas privadas.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão, assim a gente pode passar a Pauta e entrar na Ordem do Dia, pois temos muitos projetos importantes.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Giovane Byl.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, eu queria mencionar que eu fui o único vereador que votou contra a sessão de homenagem ao Partido Comunista do Brasil aqui na Câmara de Porto Alegre. Na verdade, quero fazer uma ressalva: eu acho que é muito ruim a gente fazer homenagens, especialmente a partidos políticos, em dias de sessão. São homenagens que, quando aprovadas, poderiam ser, tranquilamente, realizadas na quinta-feira, sem atrapalhar o andamento dos serviços aqui. Seria importante que a Câmara tomasse esse cuidado de votar contra o projeto ou aprovar para dias que não sejam de sessão para não atrapalhar o andamento dos trabalhos e projetos importantes que estão em votação aqui na nossa cidade.

Com relação ao Partido Comunista do Brasil, eu queria fazer uma observação relativamente ao que foi dito, que o Partido Comunista do Brasil lutou por democracia no processo de redemocratização aqui no nosso País, e lembrar que alguém deve ter sido enganado nessa história, porque dizer que o Partido Comunista lutou por democracia, ou os seguidores do Partido Comunista foram enganados, ou as pessoas que defenderam a democracia acabaram sendo enganadas pelos comunistas que, na verdade, não queriam democracia, queriam o comunismo. E o Eduardo Jorge, o ex-presidenciável, falou em uma ocasião, em uma entrevista a um jornal de grande circulação nacional, que os militantes que combatiam a ditadura militar não lutavam por democracia, eles lutavam pela ditadura do proletariado, ou seja, comunismo ou socialismo. Eu acho interessante que todo jovem que tem bom coração um dia foi de esquerda, e, ao longo do tempo, ele foi amadurecendo com a vida e percebendo que o comunismo e o socialismo não se sustentam na prática. E por que o jovem acredita que o comunismo e o socialismo são justos? Porque o jovem idealista acredita na igualdade, na distribuição de renda, na prosperidade e na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O problema é que para conseguir essa distribuição de renda, a melhoria a partir do esforço auferido por outras pessoas, necessariamente, é imprescindível que haja a planificação da economia. Ou seja, o achaque no bolso daqueles que produziram para conseguir fazer a distribuição de renda. É interessante que pode ser necessário fazer ou é necessário fazer a planificação da economia para ter o socialismo ou o comunismo, mas não necessariamente aqueles que fazem a planificação da economia distribuem essa riqueza de maneira igualitária pela sociedade. Então tu precisas, necessariamente, para ter comunismo e socialismo, a planificação da economia, mas na hora de fazer essa distribuição de riqueza, normalmente isso acaba não acontecendo, e os burocratas do sistema socialista e capitalista acabam se tornando os burgueses que eles diziam combater, quando eles lutavam contra o capitalismo ou outros modelos políticos que não o socialismo. E eu costumo chamar esses jovens idealistas do comunismo e do socialismo de socialistas de senso comum, por quê? Porque eles acreditam que o socialismo é aquilo que eles têm na cabeça deles: igualdade, prosperidade, distribuição de renda. Só que, na prática, em nenhum dos lugares onde o comunismo e o socialismo foram aplicados, eles entregaram isso. Na verdade, eles acabaram fazendo o contrário na distribuição de riquezas, daqui a pouco, criando uma casta de beneficiados pela expropriação dos trabalhadores, isso sim; na prática, acabaram gerando muito menos distribuição de renda, riqueza e prosperidade para todas as pessoas naquela sociedade. É só a gente olhar os países mais próximos do socialismo hoje: Cuba, Venezuela, Coreia do Norte. Países que seguem essas lógicas mais socialistas, ao invés de terem melhorado a qualidade de vida média de todos os cidadãos, acabaram diminuindo a qualidade de vida de todos. Eu não julgo as pessoas que, quando jovens, acreditam no socialismo e no comunismo. O que eu acho errado são essas pessoas continuarem acreditando numa ideologia que não funcionou em lugar nenhum do mundo na prática, e, na prática, acabou se mostrando muito mais cruel com todas as pessoas, especialmente com os mais pobres. Por isso votei contra a homenagem ao Partido Comunista do Brasil e acredito que as pessoas precisam tomar um chá de realidade, para entender que, na prática, as coisas não funcionam, porque os incentivos ao comunismo e

ao socialismo estão nos lugares errados. Na verdade, as pessoas acabam defendendo aquilo, porque idealizam algo que não existe na prática, e continuam defendendo apesar de não terem bons exemplos reais para poderem continuar defendendo. Obrigado, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Sossmeier, caras vereadoras, vereadores; eu agradeço a todos os nobres que votaram para que o meu partido fosse homenageado nos seus 101 anos de existência e de contribuição para a construção do nosso País. Quero dizer aos poucos que o comunismo incomoda tanto a ponto de desfilarem aqui inverdades e uma falta de história, de aula de história, quando confundem datas, ou vereadores que questionam o símbolo de um outro partido, podem questionar o símbolo dos seus partidos, não do meu, óbvio, não é? Nós jamais cometeríamos tal deselegância de querer dizer qual é o símbolo deste ou daquele partido.

Eu queria, Ver. Jessé, dizer a você que, se o comunismo te incomoda tanto, felizmente nós temos uma China que está questionando a unipolaridade do mundo, e que hoje o debate que se instala é o debate da guerra, que os Estados Unidos protagonizam no mundo todo para vender arma, lógico! Vocês, que defendem tanto que as pessoas se armem, está aí, os Estados Unidos precisam, afinal de contas, a sua principal é a corrida armamentista, é a venda de armas. Eu ainda queria dizer que se você acha que o socialismo, sim, é muito jovem, que teve problemas, é verdade, agora eu pergunto: e o capitalismo está dando certo aonde para humanidade? Se na civilização hoje, o tecido social se degrada, nós tivemos recentemente, no Brasil, seis anos de retiradas de direito, seis anos de fascismo instalado. O que nós temos, o que se reserva aos nossos jovens? Aliás, aos nossos jovens – um pouquinho mais de história para vocês –, em 1988, na nossa Carta Magna, na nossa Constituição foi lavrado o direito aos jovens de 16 anos poderem tirar o seu título e exercerem o seu direito de cidadania. Essa contribuição foi dada exatamente pelo deputado Edmilson Valentim, deputado do PCdoB. Portanto, nós tivemos muitos anos – sim, Ver. Jessé – na clandestinidade, e eu entrei para o partido muito jovem, mas eu permaneço até hoje, com mais de 40 anos nas fileiras desse partido que me orgulha. Eu não sei por que incomoda tanto a você, a outros vereadores aqui a existência da democracia, que permite que um partido como o nosso possa existir, inclusive institucionalmente, aqui nesta Casa. Temos dois vereadores, elegemos, na última eleição, duas vereadoras desta Casa que foram, para deputada estadual, Bruna Rodrigues; e, para federal, Daiana Santos. O povo nos reconhece! O povo sabe da contribuição que o nosso partido sempre deu para as lutas sociais, para as lutas do nosso povo no dia a dia, seja para os trabalhadores e trabalhadoras, seja para os jovens e, especialmente para nós, mulheres, que enxergamos no PCdoB o respeito, o estímulo a que nós mulheres possamos exercer de verdade o nosso protagonismo e não nos

desestimula a participar, a abrir mão das nossas candidaturas para o homem nenhum – nenhum! Eu fui candidata ao Senado por duas vezes e levei minha candidatura até o fim, mesmo sabendo que não iria me eleger! Jamais o meu partido iria pedir para eu sair da candidatura quando já tinha usado, inclusive, os valores do fundo partidário para concorrer. Nosso partido é o partido das mulheres, que oferece a perspectiva de termos o respeito, de combatermos o feminicídio, e mais do que isso, de nós estarmos na política e assim continuaremos. Muito obrigada, Presidente Sossmeier; muito obrigada, vereadoras e vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Obrigado, Presidente, só para fazer um esclarecimento. Ouvindo a fala da Ver.^a Biga, acho que é quem estava falando: o voto aos 16 anos, que eu me recorde, tem a autoria de um gaúcho, que não é do nosso partido, mas é o professor Hermes Zaneti, do PSB, que era deputado constituinte e que propôs o voto aos 16 anos. Só queria resgatar isso porque acho importante, Presidente Hamilton. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

(17h13min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que os Requerimentos n^{os} 055/23, 058/23 e 015/23, todos para período de Comunicações, sejam votados em bloco; solicito também que este bloco seja votado em primeiro lugar, sem encaminhamento nem pelo governo nem pela oposição, em votação simbólica.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento n^o 057/23. Após retornarmos à ordem normal. No mesmo espírito da colega Comandante Nádia, conversamos com colegas de vários espectros políticos, por isso, acredito que seria tranquilamente aceito.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração na ordem de priorização para que o PLE n^o 005/23 seja apreciado na próxima sessão ordinária de quarta-feira; e que o PLE n^o 031//22 seja apreciado após as matérias cuja alteração de ordem já foi aprovada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.) (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração na ordem de priorização para que o PLL nº 035/23 seja apreciado após as matérias cuja alteração de ordem já foi aprovada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis registra a presença.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 055/23 – (Proc. nº 0215/23 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer seja o período de Comunicações do dia 15 de maio destinado a homenagear o Centro de Valorização da Vida – CVV. **(SEI 215.00023/2023-76)**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 058/23 – (Proc. nº 0233/23 – Ver. Airto Ferronato e Ver^a Biga Pereira) – requer seja o período de Comunicações do dia 10 de abril destinado a assinalar o transcurso dos 15 anos da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB. **(SEI 019.00051/2023-28)**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 015/23 – (Proc. nº 0059/23 – Ver. Pedro Ruas) – requer seja o período de Comunicações do dia 17 de abril destinado a homenagear a 70ª Festa de São Jorge. **(SEI 207.00006/2023-47)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o bloco de votação composto pelos Requerimentos nºs 055/23, 058/23 e 015/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Jessé Sangalli.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 057/23 – (Proc. nº 0231/23 – Ver. Tiago Albrecht) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa e do Estado Laico. **(SEI 298.00021/2023-12)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 057/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0766/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 031/22, que altera o art. 1º, 2º, a al. *a* do art. 3º, inclui o art. 5-A e art. 5-B na Lei nº 9.877, de 15 de dezembro de 2005 – que cria o Fundo de Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município – FURPGM – e dispõe sobre a destinação de honorários sucumbenciais em consonância com os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e § 19 do art. 85 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, nos processos que envolvam a Fazenda Pública Municipal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 118.00469/2022-36)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- com Emenda nº 01, da Verª Cláudia Araújo;
- incluído na Ordem do Dia em 13-03-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLE nº 031/22. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos, nesta sessão, num assunto muito importante.

Isso está no Código Civil desde 2016, o Município de Porto Alegre é o último a regulamentar ou votar esse projeto. Um projeto importante, a Procuradoria é importante no Município, e eu queria aqui fazer uma saudação especial ao presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia; obrigado pela sua presença, isso mostra o comprometimento de V. Sa. com os colegas do Município, isso é muito importante no sentido de avalizar uma coisa que já é lei, mas que nós temos que transformá-la aqui em Porto Alegre. Eu fiz um acordo, junto com o Ver. Comassetto, para que todos nós assinássemos que 20% desse fundo, que já existe, seja destinado à regularização fundiária. Os procuradores da ativa e os inativos têm um acordo na temporalidade da abrangência dessa lei. Então eu peço a todos que votemos, a orientação de votação está sendo passada – por favor, Ver.^a Cláudia, faça isso –, para que a Emenda nº 01 e a Subemenda nº 01 sejam aprovadas, e a Emenda nº 06, que destina 20% desse valor para a regularização fundiária. É importante para a Câmara que se vote isso, para que se transforme em lei uma lei que já existe, que já é do Código Civil Brasileiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, um destaque especial ao presidente da Ordem, seccional gaúcha, Dr. Lamachia; querido Armando, presidente da associação; Dr. Roberto, procurador-geral do Município; procuradoras, procuradores, ex-procuradoras e ex-procuradores. Este é um tema muito complexo, falava há pouco com os vereadores Roberto Robaina e Alex Fraga, falei antes com a Ver.^a Karen, o PSOL não quer hegemonizar posição na oposição, mas nós temos posição contrária. Isso aí o Dr. Armando sabe, o Dr. Roberto sabe, com o Dr. Lamachia conversamos hoje sobre o tema, e respeitamos as demais posições, mas nós entendemos que, no momento em que os procuradores de Município, tal qual os procuradores de Estado – e lá na Assembleia tive a mesma posição –, são remunerados pelo poder público para representar judicialmente, para fazerem a advocacia, os honorários de sucumbência não lhe são devidos, são dinheiro público para outras finalidades. Sabemos da disposição do Código de Processo Civil, sabemos da posição de Porto Alegre no conjunto da Nação, mas a nossa posição se mantém. Nós entendemos que já há remuneração para aquele trabalho, nós entendemos – e não é nada contra as procuradoras e os procuradores – que já existe a remuneração devida, como também na PGE, como em outras PGMs, enfim. É a nossa posição, exposta com clareza e com franqueza. Mas dizemos o seguinte: no caso da aprovação do projeto, que é provável, contra a nossa posição, nós entendemos que a Emenda nº 01, que estende aos inativos, deve ser aprovada. É a nossa posição, é a posição do partido, é a posição do PSOL que a Emenda nº 01 deva ser aprovada. Esse é um dado da maior relevância, assim como chamo a atenção, se me permitem as colegas e os colegas, para o destaque que fizemos em relação ao art. 16; por que, Ver. João Bosco Vaz? O art. 16 estabelece o pagamento de honorários nas demandas extrajudiciais; então, quando o contribuinte for

negociar através da PGM, presidente Lamachia, fora do Judiciário, vai pagar honorários. Nós destacamos o art. 16, porque deve ser votado em destaque. É diferente de toda argumentação do CPC, é diferente. Então, é importante que as colegas e os colegas tenham atenção. Nós respeitamos a posição de cada uma e cada um, mas esse art. 16 é uma inovação. A questão, Ver. Cassiá, Ver.^a Mônica – não estou debatendo mais, já expus a nossa posição com relação aos processos judiciais –, é que o art. 16 é o extrajudicial. Por isso, destacado, votado em separado. Fica essa nossa posição, Presidente Hamilton Sossmeier, a posição do PSOL, respeitando as posições divergentes, é votar contra o projeto, a favor da Emenda nº 01, que é uma emenda importante, séria, para os inativos, com destaque do art. 16, pedindo atenção de todas e todos para esse artigo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, senhoras e senhores vereadores, nossos telespectadores e ouvintes, pessoal que está conosco nesta tarde, quero deixar nossa saudação ao Dr. Lamachia, ao nosso presidente Armando, ao procurador-geral Dr. Roberto, ao nosso sempre secretário e amigo César Sulzbach, e a todos os procuradores e procuradoras nesta tarde que estão aí com interesse no processo, no projeto que se discute agora. Conversei com muitos, com diversos aposentados e aposentadas da Procuradoria e disse a eles, meu caro Presidente, que, ou se aprova a Emenda nº 01 – agora com a subemenda não tenho nenhuma oposição, até porque não recebi nenhuma manifestação contrária, e sei que aconteceram negociações –, ou eu voto contrário ao projeto, não pelo que ele expressa, mas, sim, porque nós, legisladores do País, precisamos compreender que temos uma norma que não é uma letra morta: a paridade. Isso é uma regra de ouro para nós. Eu sou servidor público há 50 anos. O que sempre se diz? Que nós não receberíamos o FGTS porque temos paridade e integralidade. Agora, me parece que a cada volta e meia, um projeto que se apresenta aqui, vem retirando um direito dos aposentados, e eu não voto favorável. Ou aprova a Emenda nº 01, ou nós votamos contra. Por quê? Porque, discordando do amigo Pedro Ruas, que fala que a sucumbência é recurso público, na minha visão não é, é uma parcela que se destina aos advogados das partes. Portanto, nós vamos votar favoravelmente à Emenda nº 01; pelo que eu entendi, votamos favoravelmente à Subemenda nº 01, votamos favoravelmente à Emenda nº 06. Se aprovarem essas emendas, eu votarei favoravelmente ao projeto também. Aquele abraço e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Jonas Reis e Aldacir Oliboni, ao PLE nº 005/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 005/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 01 ao PLE nº 031/22. Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLE nº 031/22.

Apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLE nº 031/22.

Apregoo as Emendas nºs 06 e 07, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE nº 031/22.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque do art. nº 16 do PLE nº 031/22. Não há necessidade da dispensa do envio as comissões porquanto a proposição tramita sob a égide do art. nº 81 da Lei Orgânica do Município

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, cumprimentando V. Exa., cumprimento demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Permita-me aqui fazer uma saudação muito especial ao Presidente da OAB, Leonardo Lamachia, meu colega de faculdade; quero cumprimentar também aqui o Dr. Armando, nosso presidente, o Dr. Roberto, procuradoras e procuradores que nos acompanham.

Quero também aqui me manifestar favorável à iniciativa do Executivo, eu acredito que o honorário é do advogado. Até me surpreende, e eu queria fazer aqui um apelo para que a oposição, Ver. Pedro Ruas, nosso colega advogado, vote favoravelmente, pois é mais do que sabido, vereador, que os honorários são dos advogados. Então essa é uma causa justa. Todas as capitais do País, sem exceção – a única exceção é Porto Alegre –, pagam os honorários aos advogados, porque é devido. A União paga, o Estado paga, por que que Porto Alegre tem que ser diferente? Eu acredito também que esse movimento que faz o governo... Quero dizer que subscrevo a emenda da Ver.^a Cláudia, com a construção do Ver. Cecchim, para estender também para os aposentados. Eu acho que está correto, porque às vezes um processo dura dez anos, Ver. Cecchim, terão três, quatro, cinco procuradores que vão atuar naquele processo, então acho que é justo. E não é só isso, a gente percebe também mais um gesto, inclusive com a concordância da categoria, de que 20% seja destinado à habitação, à regularização fundiária, o que é mais nobre e mais sagrado, Ver. Gilson Padeiro, as pessoas viverem nas suas casas. Têm pessoas que estão vivendo em áreas clandestinas, áreas invadidas, áreas de risco. A gente viu a tragédia em São Paulo e aqui em Porto Alegre, pessoas que em dias de chuva, morando

embaixo de fios de alta tensão; olha que gesto nobre: 20% dos honorários para a regularização fundiária. Então está mais do que pronto para ser votado. Conversei com o Ver. João Bosco Vaz, a quem eu agradeço por fazer a defesa em nome do nosso partido. Votaremos favoráveis ao projeto; o projeto é bom para a cidade. Isso vai trazer, inclusive, um ânimo, eu diria assim – e até não precisava –, para os advogados se empenharem ainda mais em favor da cidade, em favor do Município, nas ações, nas causas, porque vão ter atribuída uma remuneração ao seu trabalho, que é justa, que é legal. Então fico com essas considerações aqui, acho muito oportuno e importante; tem um ditado, Leonardo, nosso presidente, que diz assim: antes tarde do que mais tarde. Que bom que nós possamos estar aqui enfrentando essa pauta com maturidade, que a gente possa, enfim, estar destinando a quem é devido os honorários advocatícios, que são os advogados que atuam nos processos, e que bom que ainda vamos conseguir estender o guarda-chuva e destinar uma parte desse recurso para a habitação, para a regularização fundiária e para o direito à moradia digna em Porto Alegre.

São essas as nossas considerações, Presidente, e faço aqui mais um apelo à oposição: que atue com justiça e reconsidere esse indicativo de votar contrariamente ao projeto, porque o projeto é bom para a cidade, é justo e é legal – fica esse apelo. Dr. Pedro Ruas, colega advogado, a gente que tem atuado na advocacia privada sabe que os honorários são sagrados e são do advogado. Fica a nossa consideração para o debate; pela atenção, muito obrigado, e que tão logo possível possamos estar votando e aprovando o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores e Presidente; boa tarde, procuradores que se encontram no plenário, presidente da OAB e público que nos acompanha. Esse projeto não é ilegal, mas eu diria que é um projeto imoral, e por que digo que esse projeto é imoral? Porque qualquer advogado que sai das faculdades sai com salário de aproximadamente R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil. Todo ganho que ele vai ter nos processos será pelo seu mérito, mas quanto ganha hoje um procurador do Município? Hoje o teto está em R\$ 30 mil. Então nós estamos misturando dois montantes que não podemos misturar. Nós temos uma situação do advogado privado, o qual tem o risco, ele não tem a segurança que todo procurador concursado tem no Município, tem o risco do seu emprego, o risco do insucesso e, diferente dos procuradores, ele tem um salário fixo baixo. O que ocorre nessa situação é que nós temos procuradores que ganham em torno de R\$ 30 mil e ainda terão acréscimo em cima da defesa do Município do seu sucesso. Então não tem como virmos a esta tribuna e misturarmos dois assuntos totalmente diferentes: o poder público e a iniciativa privada. Então reforço, esse projeto não é ilegal, mas é um projeto imoral. Estamos falando de um montante hoje de R\$ 50 milhões, se tivermos que colocar o dinheiro dos cofres públicos nesse fundo, R\$ 50 milhões, Ver.^a Abigail, é o valor para zerarmos a fila nas creches de

Porto Alegre. Cinquenta milhões de reais é muito dinheiro! Nós temos hoje uma cidade que carece de recursos para diversas áreas, carece de recursos para pagar os professores; hoje, a nossa rede conveniada paga R\$ 1.800,00 para um professor, é um salário que não corresponde ao teto da pedagogia, mas é a realidade em uma cidade onde os recursos são escassos. É uma cidade que daqui a um mês estará discutindo o dissídio das categorias, a correção inflacionária. Alguém já ouviu falar como vai ser a correção inflacionária? Essa correção inflacionária vai para impactar o enfermeiro que está lá na ponta, o médico, o guarda municipal que está aqui conosco, todos os servidores e não só aquele servidor que ganha na casa dos dois dígitos. Então quando eu venho falar que esse projeto não é ilegal, mas é imoral, tendo em vista que nós estamos debatendo um projeto que soma montantes de milhões de reais antes de estarmos falando de todo funcionalismo público, eu acho que erramos o tempo. Quando estamos misturando uma remuneração da incentiva privada com o poder público, erramos também ao comparar. Por isso encaminho voto contrário do partido NOVO e gostaria de reforçar que temos duas emendas, uma que coloca – a Emenda nº 04 – que o projeto começa a valer, os recursos começam a valer a partir da sanção da lei. Dessa maneira, Ver.^a Abigail, nós não precisamos trazer R\$ 50 milhões do tesouro, para colocar no fundo da procuradoria. E coloco outra situação. Nós temos procuradores que hoje têm os seus escritórios e assinam como advogados. Dessa maneira, o advogado do Município, o procurador que não for exclusivo do Município receberá um honorário de sucumbência 50% menor daquele que se dedica exclusivamente ao poder público. Tendo em vista a importância da matéria, encaminho o voto das nossas emendas e coloco que votaremos “não” ao projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas; vou ser bem rápida. Das duas, uma: ou a vereadora que subiu a esta tribuna, Ver.^a Mariana Pimentel, está mal-intencionada, ou não entende nada da matéria. Ora, como é que a senhora pode subir aqui e dizer que é um projeto imoral? Não tem cabimento. Leia, se informe. Aliás, o NOVO tem a prática, neste Parlamento, de fazer um discurso e votar contra. Vou citar dois exemplos: a senhora se diz defensora da educação e votou contra o projeto da educação digital nesta Casa; a senhora votou contra o projeto da atividade da idade ativa. Vereadora, eu vou entrar agora no tema, para que todos entendam. Esse tipo de discurso, teoria na prática, a mim, num quarto mandato, não engana. Eu vou lhe ensinar, vereadora, com A e B aqui: honorários de sucumbência são valores devidos pela parte perdedora do processo ao advogado da parte vencedora, ou seja, a quem pertencem os honorários? O Código...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Não, senhor, está errado! O Código de Processo Civil e o estatuto da OAB estabelecem que pertencem ao advogado da parte vencedora, e não da parte que venceu, ou seja, dupla do NOVO, não é do Município. O mesmo Código de Processo Civil é claro, quando diz que os advogados públicos perceberão, sinônimo, perceberão os honorários na forma da lei. Isso quer dizer que o Código de Processo Civil, em nenhum momento, diz que poderão, perceberão, e sim que eles perceberão na forma da lei. O Supremo decidiu que pode, desde que seja limitado ao teto. Isso é para a Sra. Vereadora, que faz *cards* do NOVO e que, inclusive, terminando a sessão, vai colocar um *card* dizendo que os vereadores votaram para a elite e deixaram os pobres mal, porque falou aqui em Guarda Municipal e servidores. Preste bem atenção: o Supremo decidiu que pode, desde que seja limitado ao teto. Ora, vereadora, eu me surpreendo muito com essa frase imoral, chamar um projeto dessa envergadura de imoral é, no mínimo, não ter nenhum conhecimento jurídico. Eu também não tenho, sou jornalista, mas me informo, pesquiso.

Outra questão importante que é bom colocar aqui: é preciso ter uma lei regulamentadora, e isso projeto de lei vai fazer. Tem uma súmula do Conselho Federal da OAB que diz que os honorários constituem um direito do advogado, seja ele público ou privado. E mais um detalhe, agora fala aqui a jornalista: apropriação de valores pagos a título de honorários sucumbenciais, como se fosse verba pública, pelos entes federados, pode trazer uma insegurança para o gestor. Amanhã ou depois o gestor terá que explicar aonde está esse valor. Ora, o STF bateu o martelo, decidindo recentemente que é constitucional o recebimento dos honorários pelo advogado. Essa discussão, se não for regulamentada, e o que fizeram com esses valores, está por vir, e o gestor pode ser responsabilizados. O que foi feito com esse valor? – essa é a preocupação do Executivo também. Eu confesso a vocês, já fui secretária de Estado da Cultura no governo Yeda Crusius, hoje em dia para ser gestor precisa ter muita segurança jurídica. E este projeto dá segurança jurídica! O prefeito Melo e outros precisam disso, porque, senão, amanhã ou depois, responderão por essa verba: onde ela está, para onde ela foi? Se pertence ao advogado público, se não pode ser usada como verba pública, o que foi feito com esses valores? – essa é a questão que virá, é simples assim, não precisa ser advogado. A gente pode se informar e entender que é muito sério, é muito importante. Então eu, mais uma vez, aproveito para dizer que já vi muito neste plenário, mas chamar um projeto de imoral quando o mesmo tem um único objetivo: trazer segurança jurídica! Trazer segurança ao gestor! Realmente, é o quadro da loucura sem moldura. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do Requerimento nº 039/23 e sua inclusão na priorização da Ordem do Dia da sessão prevista para a próxima segunda-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha esta sessão, este debate, venho até esta tribuna intrigado com as prioridades do governo Melo. Explico: os municípios, todos, atuam em diversas áreas; o pessoal que atuou na pandemia, por exemplo, está guardado até hoje colocar as progressões em dia. Até que agora o prefeito não colocou as progressões em dia. É um direito de todas e todos, assiste a todas e todos, mas o governo prioriza aqui apenas a categoria dos Procuradores. Eu quero dizer que os Procuradores são importantes para qualquer trabalho dentro do Estado brasileiro, e na Prefeitura não é diferente, seu trabalho tem espaço, sua carreira tem espaço. Mas a forma como o governo age coloca essa categoria de municípios acima das outras. Agora vai começar o debate da data-base, e o governo deve mais de 30% de reajuste salarial para todos e fala aqui das monitoras da educação, dos monitores da assistência social, falo dos garis, falo dos trabalhadores do saneamento, das engenheiras, dos arquitetos, falo dos professores e das professoras e de tantos outros profissionais que, neste projeto, não estão contemplados. Eu trago aqui questionamentos.

Vamos ao caso das emendas. O projeto está aí, não tem como recuar da votação do projeto e da discussão. O governo priorizou, é um direito do governo trazer as suas prioridades. Mas eu quero externar aqui que, diante de tantos problemas na cidade de Porto Alegre, não é esse o problema nevrálgico da prioridade que deveríamos ter, da sequência de ações e projetos a votar. Outra contradição, o governo, ao mesmo tempo que prioriza a esse, também está encaminhando aqui dentro a destruição da licença-prêmio, que, segundo ele, é para dar dinheiro à Prefeitura. Segundo o prefeito, a Prefeitura não tem dinheiro e daí precisa tirar um direito. Eu pergunto ao prefeito: por que alguns merecem o direito da sucumbência e outros tantos, inclusive eles, merecem perder a licença-prêmio? Por que essa diferença entre quem trabalha pelo povo de Porto Alegre? Todos trabalham. Eu acho que falta, na análise do governo, equidade. O que é equidade? É tratar da mesma forma quem ganha um salário mínimo, que é o pessoal do padrão da faixa 1 a 4, bem como os procuradores que ganham bem mais do que dez salários mínimos.

Então o meu questionamento aqui é esse, as prioridades do governo. O governo não prioriza a grande massa. Vejam bem, hoje eles priorizam 150 procuradores. E observem, eu bato palmas ao trabalho das procuradoras e procuradores, mas eu bato palmas também a todas as servidoras e servidores, por isso que eu propus aqui uma emenda de apenas o dinheiro que está no fundo, 80% desse dinheiro, poder ser utilizado pelo prefeito, se ele assim julgar pertinente, para recompor um pouco o poder de compra de todos os demais, já que daqui para frente, se o projeto for aprovado, vai existir a sucumbência sendo levada apenas aos procuradores. Então, essa é uma proposta minha, humilde, peço que os colegas avaliem se julgarem interessante, mas quero pedir: se o prefeito aprovar esse projeto hoje aqui das sucumbências, para retirar da Casa, de tramitação, o projeto da licença-prêmio, deixar os demais servidores com o direito da licença-prêmio. Seria interessante, e mostrar que: “Olha, todo mundo é igual, e não alguns são melhores do que os outros”, e, reitero, gosto muito do trabalho de todas e todos, mas

não posso aqui me somar num momento que é uma decisão do governo priorizar alguns e não a outros, todos, os outros que eu digo são todos. Eu acho que a gente tem que começar a olhar diferente para o serviço público, olhar todo mundo, e não apenas uma fração. Acho que o governo ainda tem tempo de acertar e deixar a licença-prêmio para todas e todos, caso seja aprovado esse projeto da sucumbência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLE nº 031/22.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero iniciar a discussão desse projeto estendendo o meu carinho, a minha solidariedade, à minha líder de bancada, Ver.^a Mari Pimentel, porque essa é uma discussão colegiada, pacificada dentro da base do Partido NOVO. Por isso, Mari, jamais, nunca, jamais se abstenha de subir a esta cátedra e defender aquilo que você acha justo. É lamentável que tenhamos parlamentares que não discordam das ideias, parlamentares que vem aqui e atacam as pessoas, desqualificam a atividade parlamentar do político, Sr. Presidente, vir aqui discordar é do jogo, ataque o argumento, polarize, agora vir aqui dar carteirão de não sei quantos mandatos e tal. O mandato é igual, todos, Pedro Ruas, todos fomos empossados, eu era primeiro suplente e estou aqui, todos nós temos um voto. Então, Ver.^a Mari, a senhora tem sido uma grande líder, jamais se abstenha de subir nesta tribuna e defender aquilo que é correto, correto para você, para o nosso partido e para o povo de Porto Alegre. Aliás, o Partido NOVO respeita a reivindicação dos procuradores. Foi por isso que a vereadora disse que é legal, não é inconstitucional o pleito. Agora, quando a vereadora diz que é imoral, é porque não há ainda outros debates de dissídios, creches faltando, outros problemas, aí nós vamos passar na frente quem já ganha bem – e não estou aqui falando da pessoa de procuradores, porque isso está na lei, a remuneração. Agora, se o salário não está bom, a iniciativa privada, aqui fora, está de braços abertos, é só vir para o lado de cá e empreender, porque esse dinheiro vem para o governo, e se o procurador perde a ação, ele não sofre problema nenhum. O advogado privado sofre, então ele está sempre na boa, porque ele sempre vai ganhar; ou vamos também, quando eles perderem as ações, descontar do seu salário, ter que pagar os honorários? Quem paga é a Prefeitura; quando ganha, é o procurador! Não está certo isso, por isso é imoral, Ver.^a Mari Pimentel. Outra imoralidade é o efeito o pretérito, eu nunca vi um troço desses, foi invocada aqui a OAB, não sei o quê... Efeito pretérito, aí não dá, aí simplesmente a discussão fica muito, muito enviesada e nós não podemos concordar com o efeito pretérito nessa matéria. Sr. Presidente, quero dizer que o NOVO debateu esse assunto arduamente em Brasília, e o partido NOVO defendeu e debateu esse assunto na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, no Estado, os honorários de sucumbência são pagos de forma ilegal, pois não há uma lei estadual que verse o pagamento; há uma resolução da Procuradoria que vai contra a Constituição estadual, que diz que procurador não pode receber! Ainda assim pagam, ao arrepio da lei, o governador Eduardo Leite paga esses honorários. Eu me exalto, Ver.^a Mari, porque

podem discordar, mas não vão nos ofender, não vão nos menosprezar, não vão dar carteiragem em quem tem legitimidade pelo povo para estar nesta tribuna defendendo os nossos valores, os valores liberais. Menos estado, mais cidadão, por isso o voto é “não”, por isso nós vamos tentar passar algumas emendas, para que esse dinheiro fique no governo. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o art. 16, destacado, do PLE nº 031/22. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, o que o PSOL destacou? O art. 16. Por quê? Repito o que disse antes: o art. 16 não é o que está sendo debatido no projeto. Não, o art. 16 é exatamente o que não é judicial, o extrajudicial, a negociação, digamos, direta do contribuinte, tanto que não precisa de advogado a outra parte, não precisa de advogado para negociar. Qualquer demanda judicial há necessidade de advogado de ambos os lados, seria o procurador, representando o Município, claro, e um advogado particular ou defensor público representando o contribuinte, enfim, o governado, mas não é o caso, Dra. Vera Pastora, não é o caso, o caso aqui, do art. 16, é a demanda extrajudicial, é a demanda do particular em relação à Prefeitura, onde tem a PGM, claro. Então, não é esta a discussão que envolve o CPC e as outras cidades do País, capitais ou não, e os demais estados além do Rio Grande do Sul. Não, aqui, o que nós temos, é outra questão. Portanto, chamo atenção daquelas vereadoras, daqueles vereadores que se propõe até a votar, Ver. Sgarbossa, a favor, e eu respeito a posição, mas que não votem o art. 16, votem contra a permanência do art. 16, isso é importante também. E saliento, para não precisar encaminhar depois, no mesmo sentido, Presidente Sossmeier, que a Emenda nº 01, a emenda dos inativos, é prioridade na aprovação, como é também a Emenda nº 04, a Emenda nº 05, ambas apresentadas pelo Partido NOVO, através da líder, Ver.^a Mari Pimentel, aqui na Casa no dia de hoje. Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o art. 16, destacado, ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 1 voto **SIM**; 35 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 1 voto **SIM**; 31 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, ao PLE 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 3 votos **SIM**, 27 votos **NÃO**.

Vereador Pablo Melo (MDB): Presidente, só para registrar que o meu voto é “não” na Emenda nº 03.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registrada a intenção.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 07 ao PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 031/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Quero agradecer pelos votos “sim”, também pelos votos “não”, e fazer uma justiça: a Emenda nº 06 foi ideia do Ver. Comassetto, e nós a abraçamos porque, para ter mais construções populares, nós precisamos de dinheiro, e isso foi bem destinado, assinamos juntos, eu e o Ver. Jonas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado Ver. Idenir Cecchim, líder do governo.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu sei que o registro que eu vou fazer agora ele não é legal, mas eu não gostei do fato da categoria dos procuradores ter estado no plenário durante a votação, porque, quando vier a votação do fim da licença-prêmio, nós vamos deixar os sindicatos aqui dentro? Então, eu acho que por questão de isonomia, por questão de ordem, este plenário... e nada contra, tenho amigos lá, o nosso presidente da OAB, o nosso Lamachia, enfim, mas eu acho assim, ou vale para todos, ou

então não acho cabível, as galerias estão aí para isso. Então, eu acredito que passou do tom. Então, quando houver novas votações, e os sindicatos de esquerda quiserem entrar aqui dentro, a gente não vai poder dizer não. Então, eu acho que a gente precisa ter isonomia – a gente precisa ter isonomia –, nenhum sindicato, o plenário é dos vereadores e dos assessores, e não das castas corporativista nem sindicato.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Então, fica definido que, a partir de hoje, ninguém que estiver envolvido em votação vai ficar no plenário. Está definido isso.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Sr. Presidente, quero fazer o registro do voto. Acho que esta Casa teve a coragem de fazer o que é certo, porque nós não podemos fazer nada na contramão do País, nós não podemos ter a síndrome de vira-lata. Porto Alegre tem que remunerar bem os nossos procuradores, os nossos auditores fiscais, o prefeito, os secretários e o nosso Poder Legislativo Municipal. O nosso orçamento é bilionário, nós não podemos subestimar a inteligência do ser humano. Porto Alegre estava na contramão do País, está fazendo um gesto de muita inteligência. Parabéns a todos os nossos colegas vereadores. Em momento algum me senti pressionado por ninguém, pelo contrário, achei interessante, até para que ficassem mais próximos de nós para fazermos perguntas e questionamentos. Parabéns à Casa. Contem sempre conosco. Porto Alegre não pode parar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Queria me somar ao Ver. Tiago sobre a fala dele com relação à presença de partes interessadas na votação. Eu confesso que me senti constrangido de algumas pessoas interessadas na votação estarem ao meu lado, falando vota “sim”, vota daquele jeito, vota daquele outro jeito. Sinceramente, acho que o Parlamento tem que ter esse distanciamento daquele que vai ser beneficiado pela lei, senão estamos fazendo lei para CPF, não para uma solução legítima para a cidade. Até tinha me comprometido pessoalmente em não entrar nessa discussão sobre esse projeto, não comprometendo o meu voto, porque vocês viram que eu votei contra o projeto, mas eu me senti constrangido hoje no Parlamento, porque um cidadão interessado, que representava uma das associações que seriam beneficiadas por isso, ao meu lado, dizendo: “Ah, o que o Jessé falou para o vereador não sei qual não é verdade.” Como assim? Não faz o mínimo sentido isso. E um registro pessoal, sinceramente, ninguém me falou isso, mas, na minha interpretação pessoal, a Prefeitura está sendo coagida a votar esse projeto, senão alguns projetos aqui da cidade acabam ficando trancados na Procuradoria do Município. Por conta dessa coação, hoje, o Parlamento acabou sendo refém dos procuradores.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. A decisão já está tomada.

Vereador Jonas Reis (PT): Eu quero dizer aqui que ando no meio do povo e não me sinto coagido, tanto que votei “não ao projeto”, mas acho que direitos iguais. Se servidores da Prefeitura podem ingressar aqui e dialogar conosco, também em outras matérias eu quero os enfermeiros, professores, garis, todos aqui dentro, Presidente. Preciso de um posicionamento seu e quero reiterar essa fala do Ver. Jessé. É uma fala em que ele traz elementos, ele precisa justificar isso, explicar. Tem o Ministério Público, se o senhor tem informações de que a Prefeitura de Porto Alegre está sendo coagida a determinadas orientações, o senhor tem que levar ao Ministério Público e não trazer só ao microfone da Casa.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Os registros já foram feitos.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Só para registrar, Ver. Jonas, entendo a sua preocupação; eu falei que essa é a minha interpretação dos fatos. Se está sendo coagido ou não, eu não sei, eu acho que sim, mas é a minha interpretação com base no meu sentimento pessoal.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, para acalmar os ânimos e para agradecer quem esteve aqui até este momento, eu solicito verificação de quórum. (Pausa.) Retiro o pedido de verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 035/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**. Parabéns, Ver. Gilson Padeiro.

Esta presidência faz um requerimento solicitando alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 114/20. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 114/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**. Parabéns, Ver. José Freitas.

Esta presidência faz um requerimento solicitando alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 063/23. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 063/23 – (Proc. nº 0248/23 – Ver^a Fernanda Barth) – requer a realização de Sessão Solene no dia 25 de abril de 2023, às 19 horas, destinada a comemorar a Independência do Estado de Israel (Yom Há'atzma'ut), **(SEI 212.00022/2023-24)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 063/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Consulto se tem acordo para encerrarmos a Ordem do Dia e entrarmos na Pauta? (Pausa.)

(18h30min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0138/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/23, que altera os §§ 3º e 4 e inclui o § 5º no art. 10, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, retirando a obrigatoriedade estrita de elaboração de laudo de avaliação sempre que houver a necessidade de revisão do valor venal, não limitando novos métodos a somente imóveis com valor venal lançado inferior a 120.000 UFMs, e tornando menos rígida a atuação do profissional habilitado para avaliação de imóveis na elaboração de trabalho técnico de base para revisão fiscal da base de cálculo do imposto. **(SEI 118.00280/2023-24)**

PROC. Nº 0041/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que estabelece que o Município de Porto Alegre disponibilizará o Código de Barras Bidimensional Quick Response (QR Code) nas placas de obras públicas executadas por sua Administração Direta e Administração Indireta ou por empresas terceirizadas. **(SEI 165.00020/2023-10)**

PROC. Nº 0218/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/23, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rótula dos Remadores o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Mil Quinze, localizado no Bairro Navegantes. **(SEI 034.00119/2023-53)**

PROC. Nº 0196/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/23, de autoria da Ver^a Nani Dutra, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Jesus Machado. (SEI 305.00008/2023-19)

PROC. Nº 0210/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Plaza São Rafael Hotel. (SEI 218.00016/2023-71)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0246/21 – SUBSTITUTIVO Nº 01 ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 081/21, que define atividades essenciais enquanto viger o estado de calamidade pública decorrente do novo Coronavírus (covid-19), regulando o § 9º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Município de Porto Alegre, ambos de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (SEI 220.00034/2021-89)

PROC. Nº 0489/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/22, de autoria da Ver. Airto Ferronato, que altera o § 12 do art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, estabelecendo que a isenção prevista no inc. XVII do *caput* e no § 7º do art. 70 aplica-se também aos boxes individualizados do mesmo proprietário, no mesmo condomínio, cujos valores venais, acrescidos ao do imóvel principal, não superem o limite de 100.000 (cem mil) UFGs. (SEI 019.00161/2022-17)

PROC. Nº 0873/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 423/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que declara de utilidade pública o Instituto Atlas Biosocial. (SEI 020.00106/2022-15)

PROC. Nº 0014/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 002/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui o Programa Observatório da Pessoa com Doença Rara no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00111/2022-10)

PROC. Nº 0015/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui o Programa Observatório da Pessoa Idosa no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00110/2022-75)

PROC. Nº 0016/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui o Programa Observatório da Pessoa com Deficiência no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00109/2022-41)

PROC. Nº 0091/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que assegura ao idoso proprietário de imóvel comercial ou residencial o recebimento de guia impressa para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). (SEI 032.00005/2023-13)

PROC. Nº 0115/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 3º no art. 2º da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo especificações para a divulgação de dados relativos à execução orçamentária e financeira de recursos objeto de emendas parlamentares. (SEI 034.00431/2022-66)

PROC. Nº 0205/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 096/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Arcione Piva. (SEI 138.00023/2023-72)

PROC. Nº 0206/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Antonio Ortiz Romacho. (SEI 138.00021/2023-83)

PROC. Nº 0213/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 099/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Patriota no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de janeiro. (SEI 222.00029/2023-36)

PROC. Nº 0179/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. José Aveline Neto, diretor-editor da Revista Gooool. (SEI 032.00008/2023-49)

PROC. Nº 0197/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/23, de autoria da Ver^a Nani Dutra, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Ilson Renato Gomes Marques. (SEI 305.00009/2023-63)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha a sessão, quero dizer que ingressamos no Ministério Público de Contas contra a presidência da Carris e contra o governo municipal de Sebastião Melo no que tange ao transporte. Assim foi o documento: Senhor procurador-geral, ao cumprimentar vossa excelência, levamos a seu conhecimento o fato de que o Município de Porto Alegre está entregando para operadoras privadas do transporte público as seguintes linhas operadas hoje pela

companhia Carris, que ganhou na bacia pública, em 2015, numa licitação: linhas T5, T10, T11, T13, a partir do dia 3 de abril, aos consórcios Mais, Mob e Via Leste, que estão em anexo neste documento. Segundo informações da própria Prefeitura, as linhas atendem cerca de 25 mil usuários e o prefeito entrega para iniciativa privada. Nem privatização ele fez da Carris, não vai entrar R\$ 1,00 no caixa da Carris por entregar as linhas. Sabe o que o governo Melo fez? Demitiu, em PDV, motoristas da Carris no ano passado, e hoje faltam mais de 80 servidores, tanto é que ele abriu processo seletivo agora. O prefeito, que nomeou o presidente da Carris, demitiu a quantidade absurda de funcionários, que agora tem que entregar as linhas públicas para a iniciativa privada. Se isso não é improbidade administrativa, o que é isso? Nunca antes em Porto Alegre o prefeito fez isso. Entregou linhas ganhadas pela licitação, pela Carris. Uma empresa! Isso é um absurdo! Nós queremos que o procurador-geral investigue essa situação, porque eu desconheço, na República brasileira, um prefeito que tenha feito isso; simplesmente entregou as linhas, porque foi incompetente na gestão da Carris, demitiu mais funcionários do que precisava demitir. Quem é que fez esse planejamento? Que planejamento é esse? Eu pago PDV; depois abro contrato de novo, para o mesmo cargo. Quer dizer que aquele caminhão de cargos de confiança que tem na Carris, serve para quê? Para receber o salário? E agora as linhas vão ser operadas pelo privado, sem ter ganhado a licitação; digam-me as empresas; vocês, que têm empresas de transporte em Porto Alegre, na Região Metropolitana, em qualquer parte do Brasil, vocês não tiveram direito de participar da licitação dessas linhas – T5, T10, T11 e T13. O prefeito simplesmente entregou para os consórcios mais Mob e Via Leste; como assim, procurador-geral do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Sul? Os problemas operacionais da empresa decorrem da gestão temerária dos atuais administradores do Melo, que implantaram PDV, sob a alegação de excesso de pessoal; porém, poucos meses depois, lançaram um edital para motorista. É isso que vocês estão vendo; essa é a Porto Alegre ladeira abaixo, literalmente. Como, como pode isso, Sebastião? Eu espero que o procurador Geraldo da Camino lhe chame para dar explicações sobre isso. Lá na Carris temos um procurador, lá na Carris temos gerente administrativo e o gerente de recursos humanos – os três juntos, mais assessorias, mais de R\$ 40 mil mensais, e o salário para isso, para fazer um PDV criminoso de demitir motoristas e depois fazer um edital, e agora entregar a linhas. Vocês vão responder isso, vocês têm que responder. O povo quer saber por que os outros, dezenas de CNPJs, de empresas privadas de transporte não podem operar essas linhas, só essas empresas que o prefeito escolheu entregar. Que história é essa, Sebastião? Uma licitação que foi atropelada. Pode isso? Atropelar uma licitação de 2015! Isso, para mim, tem nome, se chama trenzinho da alegria. O prefeito vira prefeito e faz o que quiser. E aí, não tem ninguém que entende de lei dentro da Carris? Eu estou escandalizado. Prefeito Melo, eu esperava do senhor qualquer coisa, esperava, porque a gente conhece a sua história; agora, isso que aconteceu na Carris agora, essas linhas entregues de mão beijada, nunca, nunca esperei isso de alguém que diz trabalhar em cima das quatro linhas da Constituição. Eu me admiro, um advogado que o senhor é; agora, o senhor vai dizer que não sabia, que o presidente da Carris fez sozinho? Mas o senhor nomeou o presidente da Carris. É isto que eu quero que o Ministério Público de Contas

explique: quem é que realmente tem responsabilidade nisso. Agora, eu teria vergonha de manter lá na Carris essa gente toda ganhando salário público para esse tipo de gestão. Isso não é nem gestão, isso é ingerência total, é estar entregue às traças, tanto é que se soma a isso mais de 130 ônibus parados na garagem hoje. Até recomendo que o Ver. Jessé, que tem um *drone*, bote um dronezinho lá na garagem da Carris, na Zona Leste, para ver os ônibus parados, Ver. Comassetto, porque faltam poucas peças. Como diz o Comassetto, canibalizaram a Carris. E ônibus que falta sabem o quê? Às vezes, só um pneu para funcionar; às vezes, uma engrenagenzinha numa roda. Mas é para mostrar que eles querem destruir o patrimônio público, uma empresa que vale milhões e milhões de reais. Como pode ter 130 ônibus parados e agora ter que entregar linhas? A linha T11, que faz de norte a sul, que eu já usei várias vezes, a linha que mais fatura. Aí, agora, o prefeito não vai poder dizer “a Carris é deficitária”; mas é claro que é deficitária, entregou as linhas que dão mais dinheiro para a iniciativa privada. É óbvio que agora a empresa vai afundar! Se a empresa já ia mal na gerência, agora vai afundar, porque não vai fazer caixa. As linhas que faziam caixa estão com a iniciativa privada, e o prefeito simplesmente dobrou e entregou. “Olha aqui, pessoal do consórcio, eu estou entregando para vocês, porque eu não consigo fazer gestão pública, eu sou o incompetente prefeito que destruí a Carris, e antes de entregá-la à iniciativa privada, eu entreguei as linhas.” Esse é o Sebastião! Lamentável! Lamentável!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Presidente, público que nos prestigia aqui na Câmara Municipal, nossa Casa do Povo, Poder Legislativo de Porto Alegre, representando 1,5 milhão de pessoas que moram na nossa cidade, hoje foi um dia muito interessante, muito bacana: o primeiro Encontro Estadual do PL, o partido do presidente Jair Bolsonaro. Como vocês sabem, o presidente Jair Bolsonaro voltou para o Brasil após três meses de licença e estamos fazendo um diagnóstico dos primeiros dias do governo do PT, um desastre total. Nós estamos reconstruindo o PL no Rio Grande do Sul e no Brasil. Teremos, sim, uma oposição com responsabilidade. Hoje, juntamente com meu colega, Ver. Mauro Pinheiro, nós representamos o município de Porto Alegre no nosso Encontro Estadual, junto com nossos quatro deputados estaduais e cinco deputados federais. Então podem ter a certeza de que faremos uma oposição com responsabilidade, pensando nas pessoas, e ali na frente o Brasil vai voltar a crescer. Com relação à fala do Ver. Jonas, me causa até preocupação com a falta do conhecimento jurídico do vereador, porque é o princípio do próprio rei, a supremacia do interesse público. A Carris é responsável por fazer o serviço de transporte para essa cidade, então na verdade o poder Executivo tem diferenciações com relação à iniciativa privada. O vereador falou aqui sobre questões ultrapassadas, não tem o conhecimento de gestão pública, e muito menos no que tange à questão da administração de pessoas. Maior carinho pelo vereador, mas o vereador não é

um profissional da administração pública. Hoje aprovamos projetos importantes aqui na nossa Casa Legislativa, estamos começando a semana e pode ter certeza que nosso mandato é voltado para pessoas que moram em Porto Alegre, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h42min.)

* * * * *